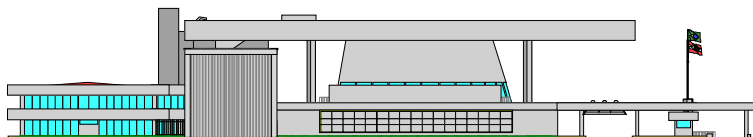


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 31 DE MAIO DE 2012

NÚMERO 6.420

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Plínio de Castro
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Plínio de Castro - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Plínio de Castro
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Plínio de Castro
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Valmir Comin
Dieter Janssen
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência.....2 Atos da Mesa.....2</p> <p>Publicações Diversas Audiências Públicas.....4 Ata de Comissão Permanente.....18 Extratos.....18 Portarias.....19 Redação Final.....20</p>
---	---	--

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 004, de 31 de maio de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Considerar **PONTO FACULTATIVO** o dia 08 de junho de 2012, sexta-feira, no âmbito do Poder Legislativo Catarinense.

Deputado **GELSON MERÍSIO**

Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 222, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2600/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **DIVA GUIMARÃES DE CERQUEIRA CINTRA**, matrícula nº 1366, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5 e 17,50% (dezessete vírgula cinquenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1083/1991, de

28/05/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio e Planejamento de Eventos, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Republicado por Incorreção

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 286, de 16 de maio de 2012

Constitui Comissão Legal - Processo Administrativo Especial, individualizado, para a partir de 17/05/2012, apurar as condições em que foram concedidas as aposentadorias por invalidez dos servidores apontados pelo ofício nº 518/2012, de 14/05/2012 do IPREV que, de acordo com conclusão pericial expedida pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração considera a capacidade laborativa dos servidores do Poder Legislativo.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições e nos termos do parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, c/c art. 38 da LC nº 491, de 20 de janeiro de 2010,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Legal - Processo Administrativo Especial, individualizado, integrada pelos servidores **CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA**, matrícula nº 2186, que presidirá os trabalhos, **CECÍLIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 0717, **JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA**, matrícula nº 0424, **ALDO LUIZ GARCIA**, matrícula nº 1094 e **MARCELO DE PAULA RIBEIRO**, matrícula nº 1475, com os encargos de, no prazo de 60 (sessenta dias), prorrogáveis por igual período, apurar as condições em que foram concedidas as aposentadorias por invalidez, e a responsabilidade dos servidores membros da Junta Médica da ALESC que assinaram os laudos médicos dos servidores apontados pelo ofício 518/2012, de 14/05/2012 do IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, ficando revogados os Atos da Mesa nºs 326 e 327, de 20 de setembro de 2011.

Republicado por Incorreção

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 329, de 31 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições e nos termos do parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 50, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, c/c a Portaria STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011

CONSTITUIR Comissão Especial, composta pelos servidores abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, adotar medidas visando à padronização e consolidação das contas públicas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Matrícula	Servidor	Setor
0694	Carlos Antônio dos Santos	Diretoria Financeira
2039	Maurício Nascimento	Diretoria Financeira
1218	Jailton Dias da Cunha	Diretoria Financeira
0843	Manoel Renato Back	Consultoria Legislativa
1598	Sania Barreto	Diretoria Administrativa
1153	Milton Francisco Oscar Filho	Diretoria Administrativa

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 330, de 31 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio e Planejamento de Eventos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (CGP - CE - Gerência Cultural).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 331, de 31 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **RUBENS MANOEL JUSTINO**, matrícula nº 1838, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer função de Assessoria Técnica Administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 332, de 31 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR ZENEIDE BACCIN SILVEIRA, matrícula nº 2632, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, código PL/DAS-6, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - Gabinete da Presidência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 333, de 31 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0960/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR ao servidor **MARCELO LUBI**, matrícula nº 1910, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/45, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 03 de maio de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 334, de 31 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0948/2012,

RESOLVE: com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **CARMEN LUCIA CORREA ZATTAR**, matrícula nº 901, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, a contar de 30 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 335, de 31 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2018/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **AIDA CUNHA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2126, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 70% (setenta por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 0974/91, de 09/05/1991, com eficácia financeira a contar de 03 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 336, de 31 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0225/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ROZANE MARQUES ALVES**, matrícula nº 0703, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5 e 95% (noventa e cinco por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar de 1º de junho de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Chefia de Seção - Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DO 2º ENCONTRO REGIONAL QUE TEM POR OBJETIVO FAZER UM DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DE SANTA CATARINA DESDE A IMPLANTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA, PROMOVIDO PELA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EM PARCERIA COM A COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, TENDO COMO APOIADORES O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER, O FÓRUM ESTADUAL MARIA DA PENHA E A COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER, REALIZADO NO DIA 14 DE MAIO DE 2012, ÀS 14H, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

Aos catorze dias do mês de maio de 2012, às 14h, no auditório da Câmara de Vereadores de Joaçaba, por iniciativa da Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), composta pelas Deputadas Estaduais Ana Paula Lima, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino e Luciane Carminatti, em parceria com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Alesc e com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, tendo como apoiadores o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o Fórum Estadual Maria da Penha e a Coordenadoria Estadual da Mulher, reuniram-se autoridades e sociedade civil organizada com o objetivo de fazer um diagnóstico da realidade sobre a violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina desde a implantação da Lei Maria da Penha. A **senhora Soraila Boabaid, mestre de cerimônias**, seguindo o protocolo, abriu a reunião e registrou que a Lei 11.340 de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada visando resgatar a cidadania feminina e criar mecanismos para coibir a violência contra a mulher, explicando ser antes da implantação da lei a violência contra a mulher tida como um crime de menor teor ofensivo. A seguir, observou que a inovação da lei foi ampliar a violência para além da esfera física, abrangendo a violência psíquica, patrimonial, moral e sexual, e mencionou que a violência contra a mulher era democrática, pois abrangia todas as classes sociais, as raças, as etnias, todos os credos religiosos e a orientação sexual, e não dependia de escolaridade. Ato contínuo, declarou que nos primeiros 45 dias de 2012 foram registradas na Secretaria de Estado da Segurança Pública 3.054 ocorrências por ameaças, 1.618 por lesão corporal, 17 tentativas de homicídio e 2 assassinatos contra a mulher em Santa Catarina, o que fez com que a Bancada Feminina decidisse traçar um diagnóstico da realidade vivida através de encontros em diferentes regiões do Estado com o intuito de exigir do Estado a implantação e a implementação de políticas públicas para as mulheres. Em seguida, divulgou o cronograma onde ocorrerão os próximos eventos, todos às 14h: em Blumenau, dia 18 de maio; em Chapecó, dia 21 de maio; em Lages, dia 23 de maio; em Joinville, dia 25 de maio; finalizando em Florianópolis, em data a ser definida. Na sequência, convidou para compor a mesa a Deputada Estadual Luciane Carminatti, da Bancada Feminina da Alesc; o senhor Clóvis Dal Cortivo, presidente da OAB Subseção de Joaçaba, representando o doutor Paulo Roberto de Borba, presidente da OAB Seccional de Santa Catarina; o senhor Alexandre Karazawa Takashima, Juiz-Corregedor, representando o senhor Vanderlei Romer, Corregedor-Geral de Justiça; a senhora Mônica Lerch Lunardi, Promotora de Justiça; a senhora Maria Elisa Monteiro, Secretária de Ação Social de Joaçaba; o senhor Ademir Tadeu de Oliveira, Delegado Regional da Polícia Civil de Joaçaba; a senhora Paula Kleber, gerente de Atenção Básica da Secretaria de Saúde de Joaçaba, representando o senhor Jorge Pohl, Secretário Municipal de Saúde de Joaçaba; a senhora Maristela Rosa Abatti Schüller, conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Joaçaba e assistente social da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (Ammoc); a senhora Elizabeth Balvedi, presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Joaçaba; e a senhora Janeth Anne de Almeida, membro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina. Dando seguimento ao encontro, registrou a presença da senhora

Marilena Zanoello Detoni, Secretária Municipal de Educação de Joaçaba; do senhor Deonir Ghislene, presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim da Cidade Alta; da senhora Silvana Marcon, representando a senhora Sueli Ferronato, Vereadora de Joaçaba; do senhor Anselmo Zanellato, presidente do Sindicato da Indústria do Mate de Catanduvas; da senhora Rúbia Karen Provensi, assistente social da Associação de Profissionais de Serviço Social do Meio Oeste da Santa Catarina (Aprossmosc); da senhora Ingrid Stack Titon, assistente social, representando a senhora Claudia Vieira Santos, diretora da Assistência Social de Catanduvas; da senhora Cristiane Darini, representando a senhora Maria Carlesso Doré, gerente Regional de Educação em Joaçaba; da senhora Camila Marcon Ouriques, representando o Deputado Estadual Neodi Saretta; da senhora Eliane Piccoli Ferreira Lopes, representando a senhora Lenita Dadalt Fontana, Prefeita de Erval Velho; da senhora Letícia Pagani, psicóloga de Capinzal; da senhora Kátiuscia Santin, assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Capinzal; da senhora Vilma Fontana, coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Erval Velho; da senhora Genilde Emmerich, presidenta da Associação de Moradores do Bairro João Paulo II; da senhora Márcia dos Santos, conselheira tutelar de Herval d'Oeste; da senhora Rosemeri Latenik, conselheira tutelar de Herval d'Oeste; da senhora Aline Aparecida Schmidt Dambrós, assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas); da senhora Gislaine Maltez Costa, representando o senhor Adivar Tessari, diretor da Universidade IES-Vale, de Herval d'Oeste; da senhora Rosemara Damásio, psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Água Doce; e da senhora Elisângela Gonçalves, pedagoga do Abrigo Frei Bruno, de Joaçaba. Feito o registro de presença, passou a palavra à Deputada Estadual Luciane Carminatti, da Bancada Feminina da Assembleia Legislativa, para conduzir os trabalhos. Ato contínuo, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, iniciou o encontro cumprimentando os presentes e desejando que todos pudessem sair dali com um olhar mais organizado sobre a situação da violência doméstica daquela região e também que todos pudessem entender que o problema não estava apenas colocado em Joaçaba e na região circunvizinha. A seguir, informou que a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa, composta de quatro Deputadas Estaduais, tomou a decisão de realizar aqueles eventos anteriormente citados, em conjunto com o Ministério Público e com as entidades que representavam a luta dos direitos femininos, por entender que o Estado de Santa Catarina era muito frágil na implantação da rede de atendimento, a qual estava preconizada na Lei Maria da Penha. Explicou existir a lei desde 2006 e representar uma conquista para as mulheres, muito embora tenha dito que não era preciso existir uma lei para dizer que as mulheres não deveriam sofrer violência, mas infelizmente avaliou que a lei veio em função de uma necessidade social. Continuando, discorreu sobre o corpo da referida lei, que preconizava várias garantidas de direito, desde a Defensoria Pública até uma Delegacia Especial de Proteção à Mulher, além de uma rede pública de acolhimento à mulher que sofria violência e aos seus filhos. Dito isso, revelou que a sua preocupação com Santa Catarina era que cerca de 40% das ocorrências atuais nas delegacias diziam respeito à violência doméstica, segundo dado informado pela Polícia Civil na semana anterior. Em seguida, avaliou existir uma situação bastante contraditória no momento em que se cruzava as ausências de ocorrências, explicando ser o número de ocorrências um dos fatores utilizados para estabelecer que tal região devesse ou não ter uma delegacia, porém, se não tivesse uma delegacia especializada, nem sempre a mulher iria à delegacia comum para fazer o registro. Prosseguindo, informou que estudos apontavam que quando se criava uma delegacia não se diminuía o número de ocorrências, pelo contrário, elas aumentavam a cada ano. Ante o exposto, perguntou se ao abrir uma delegacia a mulher passava a ser violentada, respondendo, de imediato, que não. No entanto, ponderou que ao abrir uma delegacia especializada quem sabe a mulher não teria um espaço adequado para ter o seu direito de recorrer de forma apropriada. Nesse sentido, manifestou a necessidade de se levantar no evento, com o Município de Joaçaba e a

região circunvizinha, quais eram os números apresentados, quais eram as situações ocorridas, que rede de atendimento existia nos dias atuais e quais eram as necessidades da região. Indo além, disse entender que aquela região não poderia continuar sem ter a presença de uma delegacia regional especializada, que inclusive fazia parte das políticas públicas, visto que precisava acolher em um espaço adequado a mulher que sofria violência e ter programas de inclusão e renda, de capacitação, de orientação jurídica, profissional e assistencial, formando uma rede multidisciplinar de atendimento. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.] Isso posto, saudou a presença do Ministério Público naquele encontro, pois a participação daquela instituição no debate era muito positiva, além de representar uma força a mais no sentido de cobrar das autoridades responsáveis o cumprimento das suas funções essenciais, como a de garantir a segurança da população. Na sequência, informou que seria elaborado um diagnóstico completo, ao final dos sete encontros, e encaminhado ao Governador Raimundo Colombo, ressaltando que muitos programas sociais seriam feitos em parceria com as Prefeituras e com o governo federal. Ato contínuo, citou haver em Santa Catarina 23 Secretarias, 6 Coordenadorias dos Direitos da Mulher, 11 Conselhos e apenas 3 Juizados da Violência Doméstica, para os 293 Municípios do Estado. Prosseguindo, falou que o Estado tinha todas as condições disponíveis para garantir a proteção à vida das mulheres de Santa Catarina, existindo necessidade de maior vontade política e de união mais expressiva da sociedade para que avanços ocorressem naquela seara. A seguir, registrou a presença do senhor Francisco Moreira Lopes, Vereador de Joaçaba, e agradeceu à senhora Marize Coletti, coordenadora de Projetos Sociais da Ammoc, pelo árduo trabalho para a construção do diagnóstico regional. Por fim, passou a palavra ao **senhor Clóvis Dal Cortivo, presidente da OAB Subseção de Joaçaba, representando o doutor Paulo Roberto De Borba, presidente da OAB Seccional de Santa Catarina**, que registrou ser inadmissível que nos dias atuais ainda ocorresse a violência doméstica contra a mulher, salientando a importância daquele levantamento que seria feito no sentido de se saber quais medidas deveriam ser tomadas. Dito isso, parabenizou a Aleesc, em especial a Bancada Feminina, pela importante iniciativa, colocando a OAB à disposição dela. Ato contínuo, foi passada a palavra ao **senhor Alexandre Karazawa Takashima, Juiz-Corregedor, representando o senhor Vanderlei Romer, Corregedor-Geral de Justiça**, que disse que os dados apresentados ao Tribunal de Justiça a respeito do tema violência contra a mulher haviam assustado aquele órgão do Poder Judiciário, afirmando que o sistema de automação do Judiciário apontou que 18.000 ações, de janeiro a dezembro de 2011, foram iniciadas no Poder Judiciário catarinense em relação à violência doméstica e que tinha havido pouco mais do que setecentas condenações, menos de 5% do total. Em seguida, citou ter ocorrido no ano 2012 uma mudança legislativa em relação à violência doméstica, dizendo que tomou conhecimento de que mesmo a vítima perdendo o agressor o erro havia sido cometido e ele deveria pagar por aquilo, ao que foi aplaudido. Dito isso, comentou estar feliz pelo grande público presente àquele encontro, porém demonstrou tristeza pela pífia presença masculina ao debate, ressaltando que aquela questão de gênero deveria ser trabalhada dentro daquele universo. Continuando, informou que o Desembargador Vanderlei Romer havia determinado que fossem criados no sistema eletrônico de acompanhamento mecanismos de duração da tramitação daqueles processos e que aquele Desembargador entendia que deveria haver prioridade naqueles procedimentos. Na sequência, contou ter participado da correição em Itapema na semana anterior, citando ter visitado a Delegacia daquele Município e registrado haver naquele estabelecimento policial apenas um agente por plantão, o que comprometia o atendimento daquela Delegacia, e não haver delegacia especializada da mulher. Posto isso, falou que estava ocorrendo uma parceria com a Polícia Civil em relação à elaboração de um diagnóstico da situação no Estado, além de um trabalho de capacitação de Magistrados que trabalhavam com a violência doméstica, e citou terem sido iniciados no dia 1º de maio de 2012 os trabalhos da Corregedoria no Núcleo V, especializado na violência doméstica, do qual o orador era o Juiz-Corregedor. Prosseguindo, disse que o Poder Judiciário, através da Corregedoria, estava à disposição para tentar achar os mecanismos legais para solucionar os problemas apresentados na área da violência doméstica no Estado, ressaltando que deveria começar a ser profissionalizada a atuação naquela área, pois o Estado estava

trabalhando aquele tema importante de maneira amadora. Indo além, contou ter entrado em contato com o doutor Márcio Bragaglia, responsável pela questão da violência doméstica na cidade de Joaçaba, afirmando que a sua intenção era a de fazer o contato corpo a corpo com todos os Magistrados que atuavam na violência doméstica no Estado. Também falou que as pessoas envolvidas naquele processo não poderiam cair na vala comum de acharem que aquela seria apenas mais uma ação que estava tramitando no Fórum, mas sim um tema que deveria ser tratado como prioridade na sociedade, dizendo que somente com maior articulação da rede de atendimento e prevenção um mundo diferente seria possível. Contando ter uma filha de 15 anos e ter descoberto recentemente que ela estava ficando, confessou que naquele momento chegara à conclusão de que já havia trabalhado em uma Vara doméstica e nunca tivera a capacidade de conversar com a sua filha sobre a violência doméstica, e disse que os antigos tabus deveriam ser quebrados, havendo necessidade de diálogo aberto entre pais e filhos a respeito do tema, sem preconceitos e objetivando a verdade dos fatos. Indo mais além, afirmou que no momento em que aquele assunto fosse discutido amplamente em todos os âmbitos sociais, democratizando o tema como algo comum em todos os espaços, haveria mudança significativa na sociedade. Colocando-se à disposição de todos, anunciou o endereço eletrônico da Corregedoria, qual seja, cgdivida@tjsc.jus.br, afirmando que qualquer e-mail que fosse encaminhado àquele endereço seria monitorado de perto por ele e prometendo que acompanharia todos os casos de violência doméstica e qualquer reclamação que existisse naquele sentido. Encerrando, informou que o Desembargador havia-o orientado de que os dados em relação aos números das ações existentes em Santa Catarina começariam a ser disponibilizados no site do Tribunal de Justiça, para que toda a população acompanhasse com transparência a questão dos números da violência doméstica em Santa Catarina, ao que foi aplaudido. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo D. dos Santos.] Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, após agradecer ao apoio prestado pela equipe da Aleesc presente à reunião, passou a palavra à **senhora Mônica Lerch Lunardi, Promotora de Justiça, do Ministério Público**, que declarou que o seu colega da área criminal, o doutor Protásio, não pode comparecer e que por isso ela havia se colocado à disposição para participar do encontro que discutiria o assunto sobre violência doméstica, já que ela atendia muitos casos a respeito daquilo, acrescentando que era Promotora da Infância e Juventude da Comarca de Joaçaba. A seguir, observou que depois da Lei Maria da Penha ter entrado em vigor não era mais possível fazer conciliação entre as partes, fazer transação, como pagar cesta básica e ter o processo suspenso, e que atualmente, se houvesse lesão corporal, se houvesse indícios e provas da materialidade, o agressor seria processado, o que não significava que haveria condenação. Dito isso, relatou que o doutor Protásio, Promotor titular da Promotoria Criminal, havia dito que todo mês subia de 15 a 20 inquéritos policiais por agressão à mulher e que em metade deles a vítima já estava com intenção de desistir do processo. Ato contínuo, informou que a Lei Maria da Penha falava que nos casos de crime de ameaça a vítima precisava dizer que queria representar o autor do crime e que o fato de ela ir à Delegacia de Polícia poderia ser entendido como manifestação de querer representá-lo, mas que ela, apesar daquilo, poderia se retratar, e que aquela retratação iria ter que ser feita em audiência, na frente do Juiz, do Ministério Público, e antes de a denúncia ser recebida. Na sequência, informou que em todos os casos referentes à Lei Maria da Penha na Comarca de Joaçaba existia uma audiência prévia, mesmo que a vítima dissesse que não tinha interesse em renunciar, acrescentando que naquele tipo de audiência muitas vezes as mulheres já resolveram a sua situação com o agressor, mas que mesmo assim era perguntado pelo Juiz se ela tinha interesse em continuar o processo, e, caso ela dissesse que não tinha mais interesse, o inquérito policial encerrava e não havia mais continuidade do processo penal. Afirmando que aquela era uma visão distorcida da lei, pois a lei dizia que só teria audiência se houvesse a manifestação da vítima de que não queria mais representar, o que tornava aquela audiência muitas vezes sem sentido porque, mesmo a vítima tendo se reconciliado, o crime não havia deixado de existir, dizendo que em casos assim a sensação de impunidade se tornava muito grande, muito latente, ocasionando no agressor a idéia de cometer novamente aquele tipo de coisa. Em

seguida, disse que outra questão que o STF havia decidido recentemente era sobre lesão corporal leve, falando que, até então, muitos Juizes e Promotores entendiam que dependia da vontade da vítima seguir adiante com o processo e que outros assim não compreendiam, mas que por se tratar de caso de violência doméstica a Lei 9.099 não se aplicaria, o crime seria de ação pública, ou seja, não precisaria da vontade da vítima para o promotor processar. Indo mais além, expôs que o STF decidiu que para lesões corporais era desnecessária a representação da vítima para aqueles casos, podendo ser feita por outra pessoa, e que o agressor poderia ser preso, processado e inclusive condenado. Continuando, falou que, apesar de aquela decisão ser recente e ainda não se ter noção de como ela seria aplicada na prática, acreditava que haveria ainda muita resistência por parte dos Promotores, dos Juizes e dos Delegados de Polícia. Dizendo que se a vítima não quisesse se submeter ao exame pericial, para se saber quais as extensões das lesões, não se teria como provar a materialidade do crime, lembrou que muitas vezes a vítima já tinha se reconciliado com o agressor e quando o Juiz perguntava o que havia acontecido no dia da agressão ela mudava a versão do ocorrido, o que poderia fazer com que respondesse por um crime de denunciação caluniosa. Isso posto, relatou que na Comarca de Rio do Oeste, onde havia atuado antes, muitas vezes as mulheres chegavam em juízo e diziam que não tinha acontecido a agressão, mas o homem já havia sido processado e preso. A seguir, explicou, no caso da lesão corporal que independesse da vontade da vítima, se não houvesse a sua vontade em auxiliar na investigação, dificilmente se conseguir levar adiante o processo e, devido àquilo, existir a resistência por parte de muitos Juizes e Promotores, já que ficava muito difícil quando a vítima não queria colaborar. Com relação à autonomia da vítima, questionou se o Estado tinha poder de interferir na sua decisão de querer ou não levar adiante o processo e lembrou a necessidade de uma rede de atendimento, visto que não adiantava o Poder Judiciário fazer o seu trabalho se a vítima ficasse sem apoio, sem empoderamento, sem auxílio jurídico, sem condições de se separar, de procurar um emprego. Reiterando, afirmou que, se não tiver uma rede para dar sustentação àquela mulher, somente o trabalho isolado do Judiciário, do Ministério Público e da Delegacia não iria surtir efeito. Ato contínuo, disse que percebia que nem tudo o que a lei dizia era colocado em prática e que o exemplo daquilo eram os abrigos e as Delegacias Especializadas que inexistentes naquela Comarca, informando que lá a aplicação da Lei Maria da Penha era feita na Vara Criminal, que não tinha Juizado Especial para aquela lei. Posto isso, observou que em conversa com a coordenadora do Creas de Joaçaba ficou sabendo que o único atendimento às vítimas de violência doméstica era o Paefi (Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e aos Indivíduos), mas não era especializado, pois atendia também os homens, era um serviço de orientação e de acompanhamento; não existia um trabalho de profissionalização à mulher; e que a polícia pouco sabia da sua existência. Na sequência, afirmou que a realização daquele encontro era de extrema importância para articular a rede de atendimento. Finalizando, contou perceber que em Joaçaba alguns procedimentos do Fórum estavam equivocados e que não havia rede de suporte no Município, reafirmando que aquele debate era extremamente conveniente. Ato contínuo, usou da palavra a **senhora Maria Elisa Monteiro, Secretária de Ação social de Joaçaba**, que, após os cumprimentos de praxe, disse que estava muito feliz por participar daquele debate naquela tarde, desejando a todos um ótimo trabalho. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz.] Dando seguimento à reunião, fez uso da palavra o **senhor Ademir Tadeu de Oliveira, Delegado Regional da Polícia Civil de Joaçaba**, que cumprimentou todos os presentes e expôs ter liberdade para falar sobre o assunto porque estava há mais de vinte anos na região e conhecia o diagnóstico da violência doméstica, colocando que os Municípios, o Estado e a União nem sempre cumpriam com o seu papel. Complementou a sua fala dizendo que os dispositivos legais da Lei 11.340, editada em 2006, assim como do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que já tinha maioridade, e do Estatuto do Idoso, não estavam sendo implementados plenamente, o que dificultava a atividade. Também disse que a Lei Maria da Penha havia sido criada, em princípio, para coibir toda e qualquer violência contra a mulher e que a violência doméstica que aportava na Delegacia nos dias atuais abrangia todos os níveis de relacionamento, ou seja, entre cônjuges, namorados, ex-cônjuges etc.

Prosseguindo, frisou os tipos de violência, quais sejam, a doméstica, a física, a psicológica, a moral, a sexual e a patrimonial, e comentou sobre as diferenciações da violência entre as regiões, relatando que Joaçaba tinha um volume de procedimentos semelhante ao volume de Herval d'Oeste. A seguir, fez um contraponto, otimista do ponto de vista dele, à fala do Juiz e da Deputada dizendo que a Lei 11.340 estava cumprindo o seu papel na medida em que o agressor sabia que seria processado, e sinalizou avanços na Lei Maria da Penha, como a extensão da lesão, ou seja, a diminuição do tipo de agressão, destacando que tinha como afirmar aquela colocação. Dito isso, contou ter feito um diagnóstico da violência entre os anos 2009 e 2011, qual seja, em 2009 a Delegacia da Comarca havia instaurado 313 inquéritos, dos quais 144 eram de violência doméstica; em 2010 foram instaurados 330 inquéritos, dos quais 123 eram de violência doméstica; e em 2011 foram instaurados 322 inquéritos, dos quais 129 eram de violência doméstica. Observou que o positivo daquele levantamento era que a violência mais frequente era a verbal, diferentemente do passado, quando a violência dizia respeito à tentativa de homicídio, às lesões corporais, às lesões graves, às torturas e ao segregamento da mulher. Continuando, frisou que o lado positivo era com relação à implementação da lei no dia a dia do Vale do Rio do Peixe e que os dados diferiam nas diversas regiões em razão da colonização, acrescentando que na região de Joaçaba havia italianos, alemães e austríacos e que os crimes contra a vida praticamente não existiam. Na sequência, registrou que havia feito aquele levantamento para que a comunidade tivesse um diagnóstico da realidade da violência na região. Quanto aos autos de prisão em flagrante, registrou que em 2009 mandaram ao presídio 19 agressores, em 2010 mandaram 19 e em 2011 mandaram 10, antecipando que em 2012 o número seria menor porque a violência estava diminuindo. Nos casos em que batia na porta da Delegacia uma mulher agredida com os filhos nos braços, afirmou que determinava que imediatamente se fosse à casa da vítima para, no mínimo, apanhar os seus pertences ou obrigar o agressor a se retirar da casa, destacando que era naquele momento que poderia ser dado o flagrante, lembrando de que agia daquela forma baseado no artigo 11 da referida lei. Posto isso, abordou a questão prática ansiada pela Deputada avisando que a região não tinha Delegacia da Mulher não por falta de interesse. Comunicando que estava na região desde 1991, também informou que nunca a região pode contar com o Instituto Geral de Perícia, esmiuçando que o processo era operado por meio da fotografia e da experiência dos agentes; e que durante todos aqueles anos o Estado se omitira naquela questão e que, entre a Delegacia da Mulher e o IGP, a preferência fora pelo IGP, um órgão independente, sem ligação com a Polícia Civil e que utilizava 200 metros quadrados do prédio da Delegacia, relatando que havia tentado de todas as formas retirar o IGP do âmbito da 11ª Delegacia Regional e não obtivera a permissão do Secretário de Segurança Pública, porque o Secretário achava que o IGP era mais importante do que a instalação da Delegacia da Mulher. Em seguida, registrou ter feito questão de mostrar aqueles dados, mesmo alarmantes, para traçar um diagnóstico e apontou que 80% da violência na região era psicológica e moral. Ato contínuo, comentou sobre a colocação do doutor Alexandre quando disse que apenas 5% de tudo o que fora levado à Delegacia resultara em condenação, esmiuçando que a razão daquilo era porque a vítima de violência doméstica dependia economicamente do agressor, além de o fato da vítima estar na faixa etária dos 25 anos a 40 anos, ter mais de três filhos, não ter estudo, ter pais idosos, ou seja, era um ciclo vicioso que não dava saída para aquelas mulheres. Prosseguindo, disse acreditar que a instalação da Delegacia da Mulher, mesmo com o aumento dos registros, iria solucionar parte do problema e daria novo horizonte porque traria mais um delegado e agentes para a região. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.] A seguir, falou que a situação de Herval d'Oeste não era diferente, tinha o mesmo número de procedimentos de Joaçaba, porque a população era parecida, só havendo diferencial de renda *per capita* e de IDI, e que eram duas cidades separadas por um rio e totalmente diferentes, relatando que lá a violência doméstica era um pouco mais grave, mais efetiva, porque a mulher dependia mais economicamente. Fazendo um paralelo entre violência doméstica e presídio, informou que tinha Presídio Regional em Joaçaba e que 80% dos presos eram de Herval d'Oeste e 20% eram de Joaçaba, e afirmou que não havia explicação na colonização porque alemães, italianos e austríacos

colonizaram os dois Municípios, considerando que Herval d'Oeste selecionou um pouco pela renda. Encerrando, colocou-se à disposição de todos para qualquer esclarecimento. Dando prosseguimento aos trabalhos, a palavra foi passada à **senhora Paula Kleber, gerente de Atenção Básica da Secretaria de Saúde de Joaçaba, representando o senhor Jorge Pohl, Secretário Municipal da Saúde de Joaçaba**, que falou que a Secretaria de Saúde tinha uma visão bastante diferente do que foi colocado até aquele momento e que tinha algumas questões específicas em relação à agressão moral e psicológica, considerando que era a primeira agressão e tão grave quanto a violência física. Ato contínuo, explicou terem sido divididos os profissionais da Saúde em oito Unidades de Estratégia de Saúde da Família, com 100% de cobertura no Município de Joaçaba, significando agentes comunitários de saúde em todos os bairros e no centro e uma unidade que compreendia cada área dos 27.020 habitantes que compunham o Município. Deixou claro que, como Secretária, eles tinham uma visão diferenciada, porque havia o Programa de Saúde da Mulher, em que a mulher não era relacionada à agressão, relatando que o Programa trabalhava com prevenção de câncer e outros agravos e que muitas vezes, numa das idas até a unidade, as mulheres acabavam conversando, em situações informais, com relação à agressão. Em seguida, disse que, enquanto profissionais das unidades, quando discutiam a questão da agressão percebiam que na existência da agressão moral e psicológica surgia o primeiro momento de atenção àquela família e quando a mulher manifestava o agravo moral e psicológico demonstravam ser tão dolorosos como qualquer outro. Dito isso, informou que aquilo era muito forte, mas tinham mulheres que estavam acostumadas à agressão física, reforçando que a agressão física não era tão dolorosa quanto às palavras. Continuando, explicou de que o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) não tratava de agravos especificamente da mulher, mas de agravos de violência como um todo; então, todos os agravos e todas as violências que ocorreram no local, no Hospital Santa Terezinha e nas unidades de saúde, eram notificados naquele sistema de notificação até existir a investigação, e era observado no Município que era ali que morava o perigo, ou seja, na demora da investigação, fazendo com que, na fragilidade da mulher, na notificação ela falasse, mas na investigação ela não falava mais. Na sequência, considerou importante que a busca da investigação deveria ser mais rápida, registrando haver no ano anterior, no geral, 33 casos de notificação e investigação de violência contra a mulher, e no ano 2012 foram registrados no sistema, em Joaçaba, quatro casos que não eram somente de Joaçaba, porque o sistema pegava toda a região, podendo ser de Catanduvas e Jaborá, ressaltando que todo o agravo que era atendido no Hospital Santa Terezinha era notificado e passado a ser um caso de Joaçaba, e somente na hora da investigação era descoberto de onde era o caso, e frisando que parecia um número pequeno, mas eram casos que tinham acesso de pessoas que sofreram lesões, agressões físicas. Posto isso, registrou não existir, infelizmente, um programa integrado, que era o que se precisava urgentemente no Município, considerando que se notou que a agressão moral e psicológica era muito grande. Em seguida, informou que a Secretaria tinha uma visão ainda maior, buscando as causas das agressões, como bebidas, drogas e desemprego; comentou que existem regiões em que nas cidades essas causas eram mais explícitas e a coisa ficava mais nítida, ocasião em que era tentado intervir com programas, salientando que todos os programas também tinham que ter integralidade; e frisou que todos tinham que trabalhar em conjunto, porque com o trabalho isolado não era possível atingir o objetivo, ressaltando que havia grande necessidade de melhorar a integralidade de programas, para buscar as causas, a educação nas escolas, a discussão da sexualidade em casa e o debate de outras situações para diminuir qualquer tipo de agressão. Prosseguindo, disse que havia contato com a mulher e que esteve vendo algumas fichas de investigação e comparando com as fichas de notificação, explicando ser a ficha de notificação a violência e a ficha de investigação aquela em que a mulher não se sentia tão lesada e omitia o autor, ou seja, na notificação tinha um possível autor e na investigação tinha um agressor desconhecido, o que complicava ainda mais todo o processo deles enquanto profissionais. Concluindo a sua manifestação, reiterou que era necessário e urgente um programa que se integrasse, dizendo que a Secretaria de Saúde era parceira. Fazendo uso da palavra, a **senhora**

Maristela Rosa Abatti Schüler, conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Joaçaba e assistente social da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (Ammoc), cumprimentou todos os presentes e registrou o levantamento oferecido para as mulheres vítimas de violência, dizendo que o diagnóstico realizado nos Municípios da região da Ammoc seria apresentado na reunião. Dito isso, relatou os dados levantados, que foram fornecidos pelas assistentes sociais que faziam o atendimento das demandas de violência nos Municípios, com exceção dos Municípios de Erval Velho, Ibicaré e Treze Tilias. Informou que as mulheres tinham que descrever para onde uma mulher vítima de violência seria encaminhada quando chegava ao serviço e que a maioria das respostas era, naquela situação, o atendimento feito e o encaminhamento da mulher à Delegacia de Polícia Civil da Comarca, que geralmente era esse o primeiro procedimento para fazer o Boletim de Ocorrência. Com relação à questão da Casa Abrigo, de hotel, de casa de parentes, foi percebido que era muito perigoso para a mulher continuar na casa depois de ter sofrido a violência, esclarecendo que naquela região não tinha abrigo e que isso era uma deficiência, conforme o Delegado falou, porque só tinha abrigo para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, mas não havia Casa Abrigo para as situações de violência da mulher. [*Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha R. de Melo.*] Indo além, mencionou que a maioria das respostas tinha sido a da casa de parente ou com algum vínculo social mais próximo onde aquela mulher ou aquela família poderia sentir-se mais segura durante aquele momento. Continuando, expôs que a maioria dos Municípios havia revelado que os atendimentos psicológicos eram realizados no ISFs, que tinham a parceria da Saúde, e que em alguns Municípios eram realizados no Cras. Informando que não havia Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) em todos os Municípios, disse que sabia da existência nos Municípios de Joaçaba, Catanduvas, Herval d'Oeste, Capinzal e Herval Velho. Também disse que o atendimento mais específico da questão da mulher era realizado através do Paefi, apesar de ele não ter toda estrutura necessária, complementando que tinha sido colocado que o tratamento psicológico para o autor ou a autora da agressão, em alguns Municípios, era realizado no ISFs, no entanto, alguns Municípios não tinham como atender a demanda. Na sequência, esclareceu que a maioria dos Municípios, através da assistência social, tinha a Lei de Benefícios Eventuais e que em circunstâncias de risco social era previsto se realizar atendimento emergencial com alimentos através de cestas básicas. Expondo que algumas situações eram encaminhadas para os juizados da Comarca, falou que alguns Municípios, os quais não tinham aquele tipo de atendimento, haviam informado que comunicavam ao juizado, através das equipes, quando a situação era muito grave. Observando que não havia muitos grupos de apoio nos Municípios para atender aquelas situações, a não ser o atendimento do Creas, como o atendimento psicológico, destacou que a mulher que sofria violência naquela região ficava numa situação vulnerável. Com relação às medidas protetivas, disse que alguns se utilizavam da rede, que deveria ser fortalecida, e que era necessário pensar como a vítima iria se virar dali em diante para que a situação inicial, a violência sofrida pelo companheiro, fosse negada. Ante o exposto, indagou por que seria negado, respondendo que seria porque ela dependia economicamente dele e os filhos poderiam passar fome. A seguir, questionou como estava a garantia, o atendimento jurídico, e como se poderia garantir à mulher que os seus bens ficassem para ela e para os seus filhos, que ela teria a garantia da pensão, no caso de uma separação, e que ela não sofreria outra violência. Dito isso, clarificou que a parceria era muito importante, que era necessário dialogar mais com os setores e não pensar somente em saúde e assistência social, mas pensar também no jurídico, na educação e em tudo que envolvesse a questão da mulher. Finalizando, afirmou que era através daquele caminho que poderiam conduzir e melhorar o diagnóstico. Ato contínuo, a **senhora Elizabeth Balvedi, presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Joaçaba**, após cumprimentar todos, disse que não se julgava capaz para discorrer sobre a violência contra as mulheres porque o Conselho era muito novo; que as atividades foram iniciadas no Dia Internacional da Mulher, quando foram empossadas as suas componentes; e que foram realizadas apenas duas reuniões ordinárias do Conselho e duas reuniões extraordinárias. Em seguida, informou que estavam na fase da elaboração do regimento interno e estavam coletando dados; contou que todas

chegaram imbuídas de muita vontade de trabalhar e que existiam várias propostas, mas depois pensaram como poderiam fazer uma programação, porque pensaram como iriam trabalhar pelas mulheres sem saber o que realmente precisavam; e expôs que primeiro era preciso coletar dados e conversar com as pessoas que conheciam a realidade daquelas mulheres, complementando que estavam realizando um levantamento de dados nos bairros e pedindo que cada bairro tivesse uma mulher para representar as mulheres do bairro, a fim de discutirem e verificarem quais ações deveriam ser implantadas. Continuando, disse que a violência era um tema complexo e abrangente e deveria ser sempre trabalhada e que muito se falava na Lei Maria da Penha, que contemplava a questão criminal. Cientificou de que as pesquisas sobre violência doméstica eram conta de que o uso de drogas e o uso de bebidas alcoólicas eram fatores determinantes como facilitadores de história de estupro, abuso e outras agressões às mulheres. Indo além, expôs que algumas pesquisas realizadas em 2004, 2009 e 2011 apontavam que o consumo de álcool no Brasil era bastante significativo, o que colocava o País como o quarto maior consumidor de álcool no mundo, e que ano a ano o consumo de álcool aumentava. Ante o exposto, comentou ser o álcool apenas um fator facilitador e que, segundo a diretora Rosmary Correa, presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, as pessoas costumavam confundir responsabilidade com facilidade e que às vezes ficava impressionada quando as pessoas faziam questão de dizer que o álcool e a droga eram os responsáveis pela violência, e que ela achava que eles eram os facilitadores da violência, porque um cidadão embriagado que iria bater na mulher não rasgaria uma nota de cem reais, portanto, ele tinha consciência daquilo que estava fazendo. Dizendo que a agressão física às mulheres era somente a ponta do *iceberg*, comentou frequentemente ser anunciada a morte de uma jovem, muitas vezes uma linda modelo, vitimada pela anorexia e bulimia, complementando que a ditadura da magreza era uma das maiores violências contra a mulher. Também disse que as blogueiras feministas falavam da violência cotidiana, do discurso inflamado dos masculinistas, das organizações religiosas contra os direitos das mulheres, das piadas sexistas a cada dia postadas no *facebook*, e das propagandas que se espalhavam na mídia disseminando o preconceito e reforçando os estereótipos. Expondo que a senhora Mara Aparecida Alves Cabral, da Universidade Estadual de Campinas, havia dito que medidas preventivas poderiam ser tomadas, cientificou de que algumas delas já estavam sendo implementadas pelos órgãos governamentais e pelas ONGs. Dito isso, falou que considerava três delas de fundamental importância, quais sejam, favorecer às novas gerações que adotassem modelos relacionais fundamentados no respeito aos direitos das pessoas, nas responsabilidades individuais e no respeito às diferenças, complementando que aquilo deveria começar em casa e nas escolas precocemente, através de medidas educativas. Prosseguindo, relatou que uma conselheira tinha realizado uma abordagem no dia em que foram eleitas, qual seja, que as mulheres eram as que educavam os homens e que eles geralmente agiam de maneira violenta quando tinham o exemplo dentro de casa, ou quando a mulher se omitia, ou quando a mulher permitia algumas atitudes sexistas, machistas. Posto isso, ressaltou que o ponto da mulher educadora dentro de casa deveria ser trabalhado muito no Conselho. Em seguida, destacou que deveriam tentar manter as mulheres mais próximas da família, executando tarefas, fazendo trabalhos que permitissem a elas ficar mais tempo em casa com a família e que pudessem dar mais atenção aos filhos, para evitar que as violências ocorressem. Indo além, informou que o segundo ponto seria favorecer estabelecimentos de relações mais igualitárias entre os homens e as mulheres, incentivando a divisão de tarefas domésticas, a divisão da responsabilidade financeira da família, salários iguais para homens e mulheres que exercessem funções similares, a abolição dos fatores educacionais que reforçassem que o homem deveria ser sempre o mais forte emocionalmente e nunca deveria chorar ou demonstrar fragilidade. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt.*] Continuando, explanou que o terceiro ponto seria melhorar as condições de vida, atenuando as grandes diferenças de renda; a melhoria nas condições de trabalho no campo, para diminuir a migração para as grandes cidades; a melhoria das condições de habitação; a promoção de áreas de lazer para crianças e adolescentes; e a promoção e o desenvolvimento de oficinas de especialização em áreas diversas de trabalho para adolescentes e adultos. A seguir, contou a história de uma das

Conselheiras dizendo que quando ela pedia ao filho para fazer uma tarefa doméstica não dizia para ele lavar a louça para ela, mas sim falava ao filho para lavar a louça para eles, para a família, mostrando que aquela tarefa não era exclusivamente da mulher, e sim uma tarefa da família. Isso, posto, explicou ser outro fator de melhoria nas condições de vida o que já se havia falado, ou seja, que as mulheres que sofriam violência física ou psicológica não tinham como se sustentar ou prover o lar devido à absoluta falta de capacitação, e devido àqueles motivos acabavam ficando com o marido ou o companheiro agressor. Prosseguindo, informou que o Conselho também tinha como objetivo promover cursos de capacitação para que aquelas mulheres pudessem ter uma fonte de renda digna, dando condições do afastamento do agressor. Ainda informou que o Conselho foi fundado em 2003 e ficou parado, mas que em novembro de 2011 o Prefeito havia sancionado a lei, e que estavam entusiasmados e felizes porque finalmente teriam o Conselho de Joaçaba em funcionamento. Na sequência, registrou existir em seus corações um sincero desejo de ajudar na mudança da realidade das mulheres que sofriam todos os tipos de violência e discriminação. Concluindo, citou uma frase do Secretário-Geral da ONU Banki-Moon, qual seja, "Existe apenas uma verdade universal, aplicável a todos os países, culturas e comunidades: a violência contra as mulheres nunca é aceitável, nunca é perdoável, nunca é tolerável." Em seguida, procedeu-se à apresentação de um vídeo, de março de 2007, sobre a escritora chilena Isabel Allende, que relatava a história de mulheres que sofreram todo tipo de abuso e conclamava todas as mulheres a mudarem o mundo para melhor. [*Taquígrafa-Revisora: Dulce M. da Costa.*] Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** comunicou que estavam abertas inscrições para as manifestações e passou a palavra ao **senhor Francisco Moreira Lopes, Vereador de Joaçaba**, que cumprimentou os presentes, informou que também era agente da Polícia Civil por profissão, relembrou alguns fatos com os quais se deparou principalmente na madrugada, quando as mulheres, muitas vezes agredidas, chegavam à Delegacia de Polícia Civil levando os filhos porque não tinham onde ou com quem deixá-los, e falou que aquela situação deixava-o bastante preocupado. Com relação à Delegacia da Mulher, lembrou que aquela Casa Legislativa havia conversado e oficializado com o Governador do Estado e o Secretário da Segurança Pública quanto à importância de se ter uma Delegacia da Mulher na região, porque tudo começava dentro daquela estrutura e iniciando-a com certeza outras estruturas viriam se somar àquele trabalho de combate à violência contra a mulher. Prosseguindo, disse que há alguns anos a Promotora Vera Copetti foi àquela Casa Legislativa debater o assunto e que na ocasião ele comentou que muitas vezes os agressores eram autuados em flagrante, encaminhados ao Presídio Regional e lá se juntavam aos meliantes de alta periculosidade, explicando muitas vezes o agressor sair de lá com a cabeça trabalhada para ser um homicida, porque morto não falava. Ainda disse que somado àquilo existia a falta de estrutura familiar e que o Estado não dava condições melhores para as pessoas, que se precisava fazer um trabalho em família, porque muitas vezes aquela atitude agressiva dele era quando ele bebia ou usava droga ilícita. Assim sendo, observou que seria interessante fazer um trabalho com a família, pois, na opinião do orador, o indivíduo era preso e voltava a fazer o mesmo delito porque não era feito um trabalho na estrutura do agressor, com toda a família, pois a esposa era agredida, porém os filhos passavam por uma tortura psicológica muito grande, que precisava ser analisada também. Dirigindo-se ao Delegado Ademir Tadeu de Oliveira, lembrou que as câmeras de vigilância estavam sendo instaladas no Município, num trabalho conjunto entre a Secretaria da Segurança Pública e aquela Casa Legislativa. Isso posto, afirmou que ele tinha o compromisso de melhorar a segurança pública para a população joaçabense. Encerrando o seu pronunciamento, convidou os presentes para participarem, no próximo dia 18, às 19 horas, naquela Casa Legislativa, juntamente com a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, da audiência pública para debater a segurança pública em nível regional. Dando prosseguimento aos trabalhos, a palavra foi concedida à **senhora Janeth Anne de Almeida, membro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina**, que cumprimentou os presentes e agradeceu pela oportunidade de se manifestar à Deputada Luciane Carminatti, de quem era amiga. Em seguida, utilizando-se de recurso em PowerPoint, iniciou a sua apresentação da violência contra a mulher falando que a ela competia falar um pouco sobre o

Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Disse que o simples fato de ser mulher já se constituía em fator de risco em determinadas conjunturas sociais devido ao patriarcado e ao machismo instaurado na sociedade, observando que as mulheres eram diferentes na composição física e que queriam igualdade de direito. Prosseguindo, mostrou em uma imagem os dados que retratavam a realidade da violência quanto às mulheres, fruto daquela cultura dominante ao longo dos anos, e que, como consequência, havia comprometimento do equilíbrio das relações de gênero e de diversas desigualdades que se manifestavam na sociedade, a ponto de inclusive se naturalizar a violência. Isso posto, explicou acreditar que ali consistia a resistência em dar continuidade a um processo, como anteriormente foi colocado, porque muitas vezes as mulheres não encontravam acolhida nem dentro da própria família que agia de modo conciliatório no sentido de interpretar a violência contra a mulher como crime. Indo além, frisou que era crime e que o Estado tinha o dever de dar conta daquela violência tratando-a como crime. Dando continuidade à sua apresentação, divulgou a taxa de homicídio a cada 100 mil mulheres no País entre 1980 até 2010, qual seja, que em 1980 tinha-se em torno de 2%, que em 1996 tinha-se 4.6% e que atualmente, infelizmente, eram 4.4% mulheres assassinadas a cada 100 mil mulheres, observando que aquela evolução de que baixou era mais por falta de dados e de informação e não porque houvesse diminuído a violência. Em outra imagem, mostrou os homicídios femininos por Unidade Federativa, e o Espírito Santo se encontrava em primeiro, ponderando que no Espírito Santo se tinha 4.4% a cada 100 mil mulheres brasileiras, o que era um registro bastante alto, e que em Santa Catarina, o 23º colocado, a taxa era de 3.6%. Dito isso, ressaltou que não queria dizer que Santa Catarina tinha baixo índice de incidência de violência contra a mulher e explicou acontecer aquilo porque atualmente o Estado não tinha organizada uma rede de atendimento à mulher em situação de violência. Dito isso, observou que ficou bem claro nas falas anteriores que inexistia em toda a região aquele tipo de atendimento. A seguir, comentou ter acompanhado a abertura da CPMI tanto em Brasília quanto em Florianópolis, no dia 4 de maio último, e que o pessoal colocou a questão de se estar no 23º lugar devido à inexistência de política pública de enfrentamento à violência contra a mulher em praticamente todo o Estado de Santa Catarina. Ato contínuo, afirmou que todos os representantes da sociedade civil tinham que ter o compromisso de pressionar o Estado para assumir a sua função, o seu papel, observando que quando se referia ao Estado não queria dizer o de Santa Catarina, e sim as três esferas de Poder, Município, Estado e União. Também afirmou que em uma audiência foi colocado que pela falta de um espaço físico que identificasse e referendasse a denúncia da violência sofrida muitas mulheres estavam procurando o Fórum Estadual da Lei Maria da Penha, onde elas estavam tendo um espaço, e que aquele dado não era registrado em lugar nenhum, e não se podia registrar porque as mulheres não tinham onde buscar aquela assistência. Continuando a apresentação, mostrou a evolução das taxas de homicídio por Unidade Federativa; verificou que, comparando os dados de 2008 com os de 2010, que em apenas dois anos houve aumento de taxa em mais de 10% e que no Estado houve aumento em mais de 50% no crescimento do número de homicídios; e disse acreditar que aquela evolução era devido à evolução dos serviços, não da violência em si, já que a violência sempre existiu e iria continuar existindo enquanto aquele problema não fosse atacado de frente. Na sequência, ressaltou que a imagem em vermelho era onde havia aumentado, mostrando que em Alagoas o aumento havia sido na ordem de quase 60%, e que a de cor azul era onde havia tido redução naquele período. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda L. Thomé.] Quanto à comparação ilustrativa da taxa de mortalidade, mostrou na imagem o óbito de mulheres de 15 anos a 29 anos causado por agressão em 2009 e a taxa de homicídio de mulheres em 2008, ressaltando que o Estado do Espírito Santo tinha o índice mais elevado no País. Prosseguindo, informou que no debate da III Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, ocorrida em dezembro último em Roraima, havia sido colocado que naquele Estado estava a maior incidência mas que os dados não eram confiáveis, isso em função da forma como eram feitos os registros, já que muitos hospitais de outros Estados nos quais as mulheres eram atendidas por agressão não registravam como tal. Sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, disse que havia recebido quase dois milhões de ligações até a presente data, sendo uma média de

1.828 ligações por dia, das quais quase 90% as denunciante eram as próprias vítimas. Continuando, relatou que quase 60% das vítimas não dependiam financeiramente dos seus maridos ou companheiros, observando que existia, sim, a dependência afetiva, e que 94.2% das agressões relatadas eram causadas por homens. Ainda dentro da questão da dependência, contou haver um estudo afirmando que as mulheres estudavam por mais anos do que os homens, sendo esse o único indicador através do qual as mulheres estavam num patamar um pouco melhor, o que nem sempre refletia em salário. Sobre os tipos de violência, mostrou dados da fonte Central de Atendimento Ligue 180, de 2011. Apontando para o gráfico, falou que a violência física vinha em primeiro lugar, seguida da violência psicológica, da violência moral, do cárcere privado, da violência patrimonial, da violência sexual e do tráfico de mulheres. No que se referia à relação dos filhos com a violência, observou que 66% deles presenciavam a violência, que 19.35% sofriam violência com a mãe e 14.5% não sofriam nenhuma violência nem a presenciavam. Reportando-se à relação da vítima com o agressor, afirmou que 47% era companheiro, 25% era cônjuge, quase 12% era ex-marido, 9.25% era namorado e 4.47% era ex-namorado, momento em que lembrou a cultura machista da posse. Sobre o tempo de relação com o agressor, explicou ser a maior incidência na relação de dez anos ou mais, seguida do tempo de cinco anos a dez anos. Passando à frequência da violência, disse que a maioria sofria violência diariamente, quando não semanalmente, ficando as maiores incidências em 80%, conforme a Ouvidoria da Secretaria das Políticas Públicas para as Mulheres, que recebia diversas denúncias. [Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia M. Goulart.] Isso posto, informou que deixaria o e-mail e o telefone da Ouvidoria à disposição de todos. Continuando, falou que da assinatura do pacto era feito um documento chamado de Projeto Inicial Básico (PIB), para o qual tinham que ser indicados Municípios-polo onde seriam realizadas as políticas de implementação, inclusive com destinação de recursos. Da análise do PIB do Estado de Santa Catarina, a oradora informou que se deu conta de que nenhum Município da região foi constado como polo, citando que em Caçador, por exemplo, tinha Delegacia e uma casa abrigo administrada por uma ONG, já que a gestão municipal não assumia aquela política pública. Nesse sentido, solicitou que a informação constasse na CPMI e que fossem revistos os Municípios-polo listados na ocasião do pacto. A seguir, disse que de 2007 até maio de 2010 o investimento da Secretaria de Política para Mulheres com o Estado de Santa Catarina foi de R\$ 896.350,00. Sobre as redes em Santa Catarina, citou serem duas as Delegacias Especializadas cadastradas no governo federal; dezoito núcleos; oito serviços de atendimentos em saúde especializados para prestar, por exemplo, assistência às vítimas de estupro e aos casos de aborto legal, além do fornecimento de medicação anticonceptiva e voltada ao tratamento de DSTs e de Aids; três Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; duas Varas adaptadas para casos de violência doméstica e familiar; e quatro Centros de Referência de Atendimento à Mulher (Crams). Desse modo, disse que o Estado de Santa Catarina não assumiu a política pública de enfrentamento à violência contra a mulher, cuja responsabilidade era de todos, seja do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário. Em seguida, afirmou que, atualmente, no mundo inteiro as mulheres representavam a sexta economia, com grande possibilidade de ser a quinta economia, cada vez mais conquistando os seus espaços, inclusive trabalhando como pedreiras ou serventes de pedreiros. Acrescentou que a tendência era que as mulheres não permanecessem em casa, porque o ambiente familiar englobava o homem, a mulher e os filhos, todos ajudando, lavando a louça de todos e limpando a casa de todos. Finalizou dizendo que as mulheres não eram dependentes de ninguém, pois tinham uma vida para ser por elas conduzida. Ato contínuo, fez uso da palavra a **senhora Silvana Marcon, representando a senhora Sueli Ferronato, Vereadora de Joaçaba**, que, após os cumprimentos, justificou a ausência da Vereadora Sueli Ferronato e se apresentou como professora da rede estadual. Adiante, registrou que todos aqueles dados apresentados também refletiam diretamente dentro das escolas. Indo além, disse que as escolas não tinham setores pedagógicos especializados para registrar, por exemplo, quantas vezes as crianças eram atendidas e que era necessário mais apoio dentro das escolas, porque, como foi dito na reunião, as crianças apresentavam reflexos psicológicos em razão de terem as mães agredidas, os quais poderiam se estender de médio a longo prazo,

citando ser comum adolescentes reproduzirem a postura das mães, concretizando a naturalização da violência. Ato contínuo, enalteceu a necessidade de políticas pelo Poder Público e do abraço de todas as frentes na causa que não estava presente somente em grandes centros, a exemplo da região. A seguir, falou que quando o debate acontecia por meio de representantes mulheres de espaços públicos, como havia nas Câmaras e nas Prefeituras, a questão ganhava mais destaque, explicou não ter querido dizer com aquilo que os homens não percebiam o problema, mas que não sofriam dele diretamente. Por isso, disse acreditar que homens e mulheres tinham a responsabilidade de ter uma sociedade saudável, e não doente, buscando coletivamente a cura da doença, debatendo as causas do problema. Encerrando, enfatizou que não se podia fechar os olhos para a questão, reiterando que todos tinham parte na responsabilidade. Ao fazer uso da palavra, a **senhora Elisabete Margot Vieira, advogada de Joaçaba**, inicialmente disse que vinha debatendo sobre o tema com algumas pessoas via Internet. Em seguida, cientificou de que o Supremo Tribunal Federal determinou um ano para que o Estado de Santa Catarina implementasse a assistência judiciária gratuita por meio da Defensoria Pública. Em contrapartida, informou que a maioria das subseções da OAB do Estado decidiu em assembleia parar de proporcionar o atendimento da Defensoria Dativa. Nesse sentido, questionou como ficariam as mulheres em situação de violência doméstica, uma vez que um ano era muito tempo para uma família. Por fim, falou que concordava com a posição da OAB, mas achava que o Estado tinha que tomar medidas para atender aquelas famílias. Fazendo uso da palavra, o **senhor Alexandre Karazawa Takashima, Juiz-Corregedor, representando o senhor Vanderlei Romer, Corregedor-Geral de Justiça**, esclareceu a pergunta dizendo que aconteceu uma reunião em que o Governador não teria participado, com o Presidente do Tribunal de Justiça, com o Corregedor, com o Procurador-Geral de Justiça e com o Procurador do Estado. Posto isso, explicou estar o impasse no possível pagamento das URHs aos advogados dativos naquele período de um ano de transição, dada a reconhecida inconstitucionalidade do modelo estadual. Também explicou terem sido acionados o Tribunal de Justiça e a Procuradoria para tentarem viabilizar a questão. Quanto à situação das mulheres em violência doméstica, falou que acreditava que o próprio Ministério Público tinha legitimidade com relação aos encaminhamentos que pudessem ser tomados, diante da posição do STF de a causa configurar como Ação Civil Pública Incondicionada. A seguir, mencionou os advogados da seccional da OAB de Joaçaba terem retirado os seus nomes da lista da assistência judiciária e também terem renunciado a grande parte dos processos em andamento. Ainda falou que os colegas Magistrados de Joaçaba adotaram uma solução caseira entrando em contato com alguns advogados que estavam dando continuidade à assistência judiciária e determinando que os URHs fossem transformados em valores fixos, como ocorre com os peritos. Ao final, concordou que a situação era precária, mas que o momento de crise era necessário para a implantação da Defensoria Pública do Estado, a qual iria ajudar muito na questão da violência doméstica. Retomando a palavra, a **senhora Elisabete Margot Vieira, advogada de Joaçaba**, agradeceu pela resposta e referiu-se à fala do senhor Ademir Tadeu sobre o Instituto Geral de Perícias opinando ser necessário trabalhar com uma sociedade não violenta, e que se precisava do IGP era porque havia muitos problemas. Com relação aos homicídios, disse que era preciso uma delegacia, um local com serviços interligados para que não se chegasse ao ponto de precisar de uma perícia. Também disse que sabia que o IGP não tratava apenas daquele tipo de crime, mas que, se se trabalhasse por uma sociedade não violenta nas famílias, com o passar do tempo a sociedade seria menos violenta. Quanto à falta de histórico dos homicídios mencionados pelo senhor Ademir, lembrou de que perdeu uma vizinha, Kátia Bessegato, que foi esfaqueada por ser uma adolescente, comentando que a sociedade ainda não teve resposta sobre o crime e que todos tiveram consciência de que ela sofreu violência. [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini.] Indo além, contou haver uma menina de Luzerna que não foi assassinada porque era uma criança. Em seguida, refletiu quantas mulheres cometiam suicídio em decorrência da violência doméstica, observando que aquilo não constava nas estatísticas. Ante o exposto, disse que, por receber muitas mulheres em seu escritório, pôde notar que elas não tinham a guarida que a Segurança Pública de Joaçaba dizia que dava. Posto isso, deu conhecimento de que saiu da assistência judiciária

porque não recebia o seu salário, preferindo trabalhar de graça. Finalizando, com relação ao que foi comentado de que Herval d'Oeste era mais carente, avaliou que infelizmente a pobreza acabava escancarando mais os problemas e as suas mazelas e observou que em Joaçaba, que tinha classes média e média alta, a situação não era diferente, porém o pobre procurava a Delegacia, procurava a rádio e fazia muito barulho, já o rico caía da escada ou se machucava no banheiro. Fazendo uso da palavra, o **senhor Anselmo Zanellato, presidente do Sindicato da Indústria do Mate de Catanduvas**, lembrou de que ali foi falado muito sobre os direitos humanos da mulher, porém observou que aqueles direitos não eram somente das mulheres, mas também eram dos homens. Dito isso, perguntou de onde vinham os direitos humanos, respondendo que todos eram criaturas de Deus, motivo pelo qual todos tinham que se tratar como irmãos. Em seguida, opinou que talvez o enfrentamento não fosse a melhor arma para vencer o inimigo, que talvez a tática pudesse ser atacá-lo pelos flancos, avaliando que se o mundo fosse mais educado talvez não ocorressem tantas mazelas e tantos crimes como ocorriam e frisando que educado não era a mesma coisa que escolarizado. Indo além, informou que educar vinha de *ex duceri*, que significava conduzir de dentro, e, naquele momento, dirigiu-se às mães presentes dizendo que cabia a elas a responsabilidade de conduzir os seus filhos, pois a educação nascia no lar. A seguir, comentou que a escola não estava educando muito bem, já que ocorriam crimes dentro de escolas primárias. No seu entendimento, também disse que se as famílias dessem ênfase à educação seria melhor para todos, porque na família existia o amor, um dizia que amava o outro, falava-se que amar era querer fazer o outro feliz, como dizia Santo Tomás de Aquino, acrescentando que Deus criou todos porque queria que todos fossem felizes e que os pais, quando se uniam, queriam a felicidade um do outro. Concluindo, falou que se quisessem destruir a sociedade era só destruir a família. Por sua vez, a **senhora Rúbia Karen Provensi, assistente social da Associação de Profissionais de Serviço Social do Meio Oeste da Santa Catarina (Aprosmosc)**, informou que a temática da audiência era discutida com frequência na Associação e contou terem feito uma carta aberta à população e às autoridades na qual constavam algumas situações que ocorreram na região com relação à violência contra a mulher. Em seguida, passou a ler que as assistentes sociais vinham publicamente se manifestar, envolvidas em sentimento de profunda tristeza, revolta e indignação, diante de mais um ato de extrema violência cometido contra uma família por uma pessoa adulta, membro da família. Continuando, deu conhecimento de que o episódio ocorreu no Município de Jaborá no último dia 12 de abril e vitimou Fernanda Cristina Fávero, a sua filhinha de 4 anos, a sua mãe e o seu pai, e disse que o episódio não poderia ser esquecido, pois a sociedade, mulheres e homens, não poderia mais tolerar atos desumanos irracionais como aquele em que um esposo era capaz de atirar contra a própria companheira e contra os seus sogros, manifestando ser pensável também ele ter atirado contra a sua própria filha de 4 anos, além de ter colocado em risco a vida do seu filho de apenas 2 meses de idade. Prosseguindo, afirmou que não poderiam mais admitir aquelas atrocidades na sociedade, não poderiam mais permitir crimes contra as mulheres e as crianças cometidos por pessoas que deveriam estar protegendo a sua família, protegendo os seus filhos. Também afirmou que nenhuma violência deveria ser tolerada e que não se poderia conviver com atos de loucura como aquele que atualmente todos acompanhavam com tristeza. Ato contínuo, falou que estavam manifestando indignação diante do sofrimento da família de Fernanda para dizer que repudiavam todas as formas de violência contra as mulheres e as crianças, sejam elas verbal, psicológica, física, de abandono ou de negligência. A seguir, perguntou quantas Fernandas precisariam ser atingidas para que aqueles episódios fossem duramente punidos pela Justiça; quantas Sabinas precisariam ser mortas para que aquilo tivesse um fim; quantas Carlas precisariam ser assassinadas de forma violenta para que homens como aqueles pudessem resolver questões com as suas mulheres, companheiras, esposas sem violência, sem atrocidades, com diálogo e respeito; e quantas crianças ou adolescentes, como a Roseli, de 15 anos, que foi morta após ser violentada sexualmente, sendo o principal suspeito do crime o seu pai, ainda precisariam morrer. Na sequência, expôs que estavam esperançosas de que a Lei Maria da Penha, atualmente a legislação mais avançada no mundo para a prevenção da violência

contra a mulher e a punição do agressor, pudesse ser aplicada de forma exemplar, pois atos como aqueles precisavam ser duramente punidos a fim de que novos episódios de violência não frutificassem em mentes criminosas de determinados homens, pais, esposos, companheiros, que utilizavam a violência contra as mulheres como estratégia de dominação e de controle das relações entre homens e mulheres. Continuando, disse que a punição exemplar, a educação e a conscientização eram algumas alternativas para o mal que colocava uma sociedade inteira em choque, em profunda consternação e revolta; colocou que a violência estava cada vez mais próxima da vida de todos e exigia respostas imediatas da Justiça e da sociedade; observou que quando a punição de agressores se tornasse realidade plena se poderia avançar mais ainda, identificando os primeiros sinais da violência e evitando que se instalasse como tragédia na vida de mulheres e homens; e afirmou que, enquanto cidadãs, mulheres, mães, ao lado de seus companheiros, estariam acompanhando o desfecho daqueles crimes brutais para que a punição dos agressores viesse coibir novos episódios e servisse de reflexão para a sociedade. Por fim, citou alguns casos que trouxe para reflexão de todos, contando que Sabrina Pinto Alves dos Santos, 18 anos, foi assassinada em Lebon Régis com participação do companheiro, em 24 de março de 2012; que Carla Michele Matias, 20 anos, foi assassinada pelo companheiro em Salto Veloso, em 1º de fevereiro de 2012; e que Roseli Menegassi, 15 anos, foi violentada sexualmente e veio a óbito no dia 5 de maio de 2012, no Município de Vargem, sendo o pai o principal suspeito pelo crime. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, solicitou uma cópia do documento para anexar na ata da reunião. Em seguida, parabenizou as assistentes sociais, profissional tão importante e fundamental para as políticas públicas, pelo seu dia. Em relação à Defensoria, falada pela senhora Elizabete, declarou que o projeto de lei estava tramitando na Assembleia Legislativa; comunicou que, em função da decisão do STF, estava tensionando junto ao relator da matéria, o Deputado Estadual José Nei Ascari; e informou que o governo se comprometeu a enviar, nos próximos dias, para a Assembleia Legislativa um projeto de lei híbrido que combinava Defensoria Dativa com Defensoria Pública. Indo além, comentou ainda não existir aquela formatação e falou que teriam que discutir aquele assunto com a sociedade, porém salientou que logo teriam que chamar para o debate porque o prazo era de doze meses. Dito isso, avaliou que a Defensoria Pública era fundamental, que não era apenas a prestação de serviço jurídico, porque havia todo um trabalho de orientação, de educação, de prevenção, que inclusive era necessária na luta contra a violência doméstica. Do ponto de vista da Assembleia Legislativa, reafirmou que estavam tencionando para que o prazo fosse agilizado e também que estavam aguardando o posicionamento do governo porque havia vários entendimentos. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.] Continuando, disse que estava muito satisfeita porque o debate daquela tarde tinha sido de alto nível, embora com contradições e conflitos, e afirmou que defendia a tese de que uma sociedade democrática era aquela que vivenciava os conflitos, e registrou que o relatório daquele encontro apontaria os questionamentos feitos a respeito do papel do Conselho, se era executar políticas ou cobrar, bem como a respeito do papel da mulher, se era educar para salvar a sociedade ou a sociedade também era responsável pela educação. Relembrando uma fala sua feita num determinado momento de que as mulheres educavam as mulheres e os homens, disse que uma companheira do movimento social lhe havia chamado a atenção ao perguntar se mais uma vez as mulheres seriam as culpadas, o que serviu para repensar a sua colocação, já que o mundo todo educava, mas em diferentes espaços, e não somente a mulher, salientando que o poder que a mulher exercia sobre os seus filhos não era absoluto. Na sequência, ressaltou que havia feito aquelas colocações para que se pudesse refletir e ter uma noção de como existiam conflitos de concepção, que se traduziam na forma de também compreender como se dava o enfrentamento com relação à violência doméstica. Em seguida, relacionou os itens discutidos naquela reunião que lhe pareciam fundamentais, quais sejam, necessidade de Delegacia para que pudesse articular outros serviços; debate com relação à renda, já que mesmo as mulheres independentes e autônomas também sofriam violência, muitas vezes a verbal, que talvez fosse maior que a física, sendo necessário compreender que a questão da violência tinha uma amplitude muito maior; necessidade de uma rede de

atendimento integrada, tendo em vista que a educação acontecia em diferentes espaços da sociedade, mas todos com o mesmo foco e cada um com a sua responsabilidade; necessidade de mais casas abrigo, exemplificando que se um ato de violência fosse praticado contra alguma mulher da sua família, a quem se recorreria pedindo ajuda, e salientou que a maioria das pessoas não sabia para que servia o Disque 180, assim como muito poucos cartazes existiam em Joaçaba e nos demais Municípios do Brasil. Dito isso, afirmou não ser um absurdo imaginar a sua família sofrendo violência e que as pessoas envolvidas, como mulher e filhos, tinham que receber o tratamento devido, bem como o marido ou o companheiro, pois, se ele apresentava um comportamento agressivo, era um sujeito doente ou existia algo de errado naquela relação, ressaltando que trabalhar em conjunto era pensar em uma rede de atendimento. Questionando o papel do Conselho Municipal, perguntou por que muitos eram criados e não tinham sequência, avaliando que talvez fosse necessário discutir a questão, o que estava sendo feito pela Bancada Feminina, que havia começado a pensar em alguma atividade para que se pudesse discutir qual o papel e a formação dos conselheiros, tendo em vista que cada um tinha uma ideia a respeito do que fazer, mas não se sabia qual o limite da sua atuação. Indo além, afirmou que em algumas Prefeituras o Conselho era simplesmente uma extensão do Executivo municipal, com o Prefeito dizendo o que o Conselho tinha que fazer, quando na verdade o seu objetivo era representar a sociedade e não a Prefeitura, e novamente citou a importância do Disque 180 e da Defensoria Pública. Prosseguindo, disse que tinha tentado sistematizar o que significava pensar aquela regra de atendimento na região em função de tudo o que havia sido levantado ali, mas que era preciso perseguir aqueles objetivos, e que após a realização de todos os encontros manteriam um diálogo com o Ministério Público para saber o que seria implementado no sentido de cobrar a responsabilidade a quem cabia sobre a execução da Lei Maria da Penha. Entretanto, fez questão de ressaltar que todo aquele trabalho que vinha sendo feito para levantar as demandas e criar aquele espaço não substituiria a organização social, salientando que tudo o que havia se conquistado no Brasil tinha sido muito mais pela mão da luta social do que dos governos propriamente ditos, que eram forçados a implementar aquilo que a sociedade queria. Ato contínuo, o **senhor Juiz Alexandre Karazawa Takashima** manifestou-se novamente falando que queria deixar uma ideia prática para o problema específico de Joaçaba e sugeriu que se tentasse uma articulação com a Unoesc no que dizia respeito à assistência judiciária e ao atendimento psicológico e de serviço social para as questões encaminhadas eventualmente pela Delegacia, dizendo que aquela seria uma solução caseira, para a qual talvez estivesse faltando somente um projeto. Em seguida, reafirmou que era preciso um diagnóstico da região, mas que talvez Joaçaba, em conjunto com a universidade, poderia solucionar a questão da assistência via escritório modelo da Unoesc, agregando a área da Psicologia e a do Serviço Social. Ao final, afirmou não conhecer as pessoas da Unoesc, mas que se houvesse interesse poderia tentar articular aquele encaminhamento. Na sequência, novamente fez uso da palavra a **senhora Elisabete Margot Vieira**, que disse que como moradora vinda de outras cidades, pois tinha morado em várias cidades do País, percebia que a Unoesc era um pouco dissociada da questão social em Joaçaba. Afirmou que talvez com aquela sua afirmação arrumaria mais inimigos do que já tinha, mas que sentia que a dificuldade da Unoesc era atuar nos problemas da sociedade. Encerrou dizendo que, se o Judiciário viesse com aquela proposta, talvez a Unoesc fizesse algum movimento favorável, mas que achava difícil um movimento direcionado à sociedade partindo somente daquela universidade. Por sua vez, o **senhor Juiz Alexandre Karazawa Takashima** respondeu dizendo que se comprometia a conversar com o doutor Márcio Umberto Bragaglia, que era o Juiz da Vara que tinha a competência da violência doméstica, bem como com a Promotoria, através do doutor Protásio Campos Neto, da Vara Criminal de Joaçaba, porque sabia que a universidade precisava ter os projetos. A seguir, a **senhora Maristela Rosa Abatti Schüler** manifestou-se dizendo que tinham somente Psicologia e que do Serviço Social somente uma turma tinha se formado na Unoesc de Capinzal, não sendo aberta mais nenhuma outra turma. Finalizou dizendo que atualmente existiam nos Municípios os Cras e os Creas, que poderiam implementar e melhorar os serviços, e que parcerias sempre eram muito boas e

bem-vindas. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, registrou a presença do Vereador Ademir Zanchetta, de Joaçaba, agradeceu a participação de todos, especialmente daqueles que haviam permanecido até o final, a quem pediu uma salva de palmas, e concluiu dizendo que esperava que se conseguisse reverter algumas situações que ali tinham sido relatadas. Isso posto, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrado o 2º Encontro Regional promovido pela Bancada Feminina na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.*]

Deputada Estadual Luciane Carminatti

PRESIDENTA

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA PARA TRATAR DA INSTALAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO DE FLORIANÓPOLIS (APAC), REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2012, ÀS 17H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

Aos quinze dias do mês de maio de 2012, às 17h, no Plenarinho Paulo Stuart. Wright, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, realizou-se audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher para tratar da instalação e divulgação da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Florianópolis (Apac). O **senhor mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni**, abriu a audiência informando que a mesma tinha sido proposta pela Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidenta da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Assembleia Legislativa, e convidou para compor a mesa de autoridades o Deputado Estadual Daniel Tozzo; o senhor Alexandre Karazawa Takashima, Juiz Corregedor, representando o Desembargador Vanderlei Romer, Corregedor-Geral de Justiça; a senhora Maria Elisa de Caro, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania; o Tenente-Coronel Mauro Almir Marzarotto, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda, representando o Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; o senhor Eliel Karkles, da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina; o senhor Marcelo Augusto Lucas Pereira, Juiz de Direito em Minas Gerais; o senhor Leandro Mendes Aparecido, recuperando da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Lagoa da Prata, em Minas Gerais; e a senhora Leila Teresinha Madalozzo Pivatto, presidente da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Florianópolis. Em seguida, registrou a presença do senhor Vilmar Cardoso, Juiz de Direito da Vara de Execução Penal da Capital; da senhora Gabriela Sailon de Souza Benedet, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Biguaçu; da senhora Wânia Kamienski, assessora especial da presidência do Tribunal de Justiça, representando o senhor Júlio César Machado Ferreira de Melo, Juiz Auxiliar da presidência e coordenador da Coordenadoria da Execução Penal e Violência Doméstica contra a Mulher; do senhor Renato Boabaid, representando o senhor Valdir Mendes, presidente da Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de Santa Catarina; do senhor Fernando Anísio Batista, coordenador da Ação Social Arquidiocesana; do senhor Roberto Bispo Pereira, presidente da Comissão OAB Cidadã, de Santa Catarina; do padre Ney Brasil Pereira, coordenador da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Florianópolis; do senhor Gelson Pedro Fortunato, microempresário e voluntário da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Florianópolis (Apac); da senhora Maria Inês Gonçalves, vice-presidente da Associação dos Moradores do Rio Vermelho; e do senhor Luiz Carlos Pires Senna, assistente social e voluntário da Pastoral Carcerária. Após o registro, leu o ofício do senhor Maurício Pessuto, Procurador da República, agradecendo o convite e justificando a impossibilidade de comparecer a audiência devido a compromisso anteriormente assumido. A seguir, comunicou que os interessados em fazer uso da palavra poderiam se inscrever com os assessores da Comissão ou na mesa de registro de autoridades. Para a abertura e condução dos trabalhos, passou a palavra ao Deputado Estadual Daniel Tozzo. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Daniel Tozzo**, iniciando a audiência pública, cumprimentou os membros da mesa e demais presentes, e disse que era uma honra poder representar a Deputada Luciane Carminatti naquela audiência e desejou boas-vindas a todos. afirmou que a Assembleia Legislativa era a Casa do Povo, local para que bons projetos fossem apresentados, e que todos os que ali se encontravam

aprenderiam muito, pois realizariam um trabalho compartilhado para que a vida dos catarinenses fosse melhor. Declarando aberta aquela audiência pública, afirmou que a mesma tinha o objetivo de instalar e divulgar a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Florianópolis (Apac), pedido feito pela Associação Beneficente São Dimas, que tinha caráter beneficente e filantrópico com atuação no sistema prisional de Florianópolis. Isso posto, em nome da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, desejou um bom trabalho a todos e, de imediato, passou a palavra ao senhor Luiz Carlos Pires Senna, assistente social e voluntário da Pastoral Carcerária, para que coordenasse os trabalhos. O **senhor Luiz Carlos Pires Senna, coordenador da audiência**, cumprimentou os presentes e disse que esperava conseguir com aquela audiência uma quebra de paradigma ao mostrar ao povo de Santa Catarina que existia outro método de tratar a pessoa privada de liberdade, o preso. afirmou que era necessário fazer uma reflexão a respeito das informações sobre violência, sobre sistema prisional, sobre leis que recebiam todos os dias, principalmente através da imprensa, que se contrapunham aos resultados que a Apac estava tendo em Minas Gerais e que obteve em São Paulo, desde 1974, sobre o que a Pastoral Carcerária havia conseguido construir nos últimos anos dentro do sistema prisional. Reafirmou que o grande paradigma a ser quebrado era o fato de que dava para fazer um sistema prisional sem agente prisional e sem Polícia Militar. Registrou que atualmente o sistema prisional de Santa Catarina não tinha vagas suficientes, não trabalhava a ideia de reeducar, de dar trabalho, de fazer com que a reincidência, de mais de 80%, fosse invertida, o que era lamentável e possuía um custo muito alto, e salientou que os dados da Apac eram no sentido contrário, ou seja, que 90% daqueles que passavam por ela não voltavam ao sistema prisional. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.*] Ressaltou que a cada ano a quantidade de pessoas que passava pelo processo de prisão vinha dobrando, atualmente estando em dezesseis mil presos e a um custo muito alto, que poderia ser menor se durante a estadia eles tivessem oportunidade de educação, de espiritualização, de consciência, observando que já existia um método para tal. Disse que a sua fala ia girar em torno de alguns dados que a imprensa não tinha explorado nos últimos anos, a exemplo das fugas históricas ocorridas nos meses de fevereiro e julho de 2001 em Florianópolis, mais precisamente no Cadeião do Estreito e no Centro de Triagem. Contou que na época a imprensa tinha dito que o sistema estava podre, observando que não concordava com aquela opinião, até porque em todas as reportagens ninguém tinha feito uma reflexão, por exemplo, porque no Cadeião do Estreito a grade estava aberta. Lembrou que no dia da fuga tinha duzentos presos e não somente setenta e poucos e perguntou aos presentes por que todos não haviam fugido. Dito isso, proferiu que a Pastoral Carcerária, em 2006, havia fundado o projeto chamado Estampa Livre, que era confecção e estamparia de camisetas. Acrescentou que desde então o projeto vinha crescendo, dando frutos; que atualmente já contava com dezesseis reclusos trabalhando e que só não estava maior porque não tinha mais espaço físico, explicando que ocupava parte da capela e parte do presídio. Disse que nenhum dos sessenta e poucos presos que haviam passado pelo projeto tinha tentado fugir, até porque eram tratados realmente como seres humanos. Contou que trabalhava há quatro anos no projeto e que nesse tempo sempre deixava à vista sua bolsa com a chave do carro e nenhum dos reclusos tinha tentado fugir, mesmo tendo a oportunidade. Comentou que no sistema prisional existia a regalia, situação na qual o preso era colocado numa condição de mais liberdade, fazendo manutenção, limpeza e comida. Refletiu que nem todo preso passava 24 horas querendo fugir, ao contrário, alguns deles até pediam para realizar alguma atividade, coisa que só a sociedade civil e os Poderes poderiam oferecer, visto que eles não tinham condições de se organizar. Garantiu que se atualmente tivesse trinta vagas no projeto Estampa Livre certamente sessenta presos estariam lá trabalhando. Falou que na opinião da Pastoral Carcerária o sistema deveria ser mais inteligente, ou seja, deveria separar o preso que desejava se reabilitar do preso que não tinha interesse. Observou que os presos geralmente provinham de comunidades de situação de risco, com vulnerabilidade social, sem oportunidade de educação, condição que a Pastoral não tinha conseguido romper, mas havia conseguido mostrar que dava para fazer um trabalho com o preso no sentido de ele ver que não era interessante fugir. Ato contínuo, deu início à execução de vídeo contendo informações sobre a Apac e a Pastoral Carcerária [*Taquígrafa-*

Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.] Disse que o gerente do Projeto Estampa Livre, o senhor Nilton Antônio de Almeida, era egresso, havia passado pelo sistema prisional, era um dos grandes apoiadores e acreditava naquela idéia. Em seguida chamou o **Senhor Nilton Antônio de Almeida** para dar o seu testemunho, que, fazendo uso da palavra e após cumprimentar a todos, agradeceu o senhor Luiz por apoiá-lo e à Dona Leila, que ele tinha escolhido como mãe. Expôs que gostaria muito que o Projeto Estampa Livre crescesse e que, talvez, todos os detentos masculinos pudessem trabalhar lá. Comentou a sua vontade em estender o Projeto para fora do presídio, para o egresso, para aquele que tinha cumprido a sua pena e para o detento que estivesse no regime semiaberto. Comunicando que o Projeto Estampa Livre nasceu há cinco anos, disse que no início sofreu muito com o preconceito das pessoas e teve que quebrar barreiras porque as pessoas ficavam com receio de entrar na penitenciária por medo de virarem reféns. afirmou que trabalharam muito e que o padre Ney Brasil Pereira e a dona Leila muitas vezes colocaram dinheiro do seu bolso e do bazar para ajudar a manter o Projeto, que ainda funcionava. Contou orgulhoso que o Projeto se autossustentava, mas que não gerava muito lucro porque a intenção não era aquela e sim de capacitar os que trabalhavam. Comunicou que para trabalhar no projeto era preciso passar pelo sistema e ter bom comportamento, complementando que aqueles que trabalhavam no Projeto só queriam sair de lá para ir para casa e destacou que a idéia era para que o detento saísse com uma profissão formada, com a cabeça mudada, com vontade de trabalhar e de sustentar a sua família. Em seguida disse que o preso aprendia a valorizar o trabalho, aprendia sustentar a família, o que muitas vezes não fazia como cidadão comum, e com o salário que recebia no final do mês o preso se mantinha e o que sobrava ele ajudava a família. Disse ainda que ele também tinha aprendido a valorizar o trabalho e quando saía de casa para trabalhar, às sete horas da manhã, saía sorrindo, feliz e agradecia todos os dias pela oportunidade que teve e ao senhor Luiz por ter sido escolhido. Frisou que após ter cumprido dois anos e dez meses no regime fechado passou para o regime semiaberto, com o total da pena cumprida de três anos e oito meses, informando ainda que havia trabalhado dois anos no escritório em regime fechado. Corroborando com a fala do senhor Luiz ao dizer que muitos não desejavam fugir, contou que às vezes os agentes penitenciários iam prendê-lo às 20h, mas que aquilo só acontecia porque ele ligava dez, quinze vezes para os agentes irem buscá-lo. Mencionou ainda que teve várias chances de ir embora nas sextas-feiras, bastava chamar o moto-taxi, porque ele tinha acesso a internet e ao telefone, e voltar na segunda-feira que ninguém sentiria a sua falta. Lembrou que um dia, depois de ficar ligado para ser preso, falou com o chefe de segurança e perguntou se ao invés de ele ficar ligado ele mesmo não poderia se prender, porque seria mais prático e não incomodava. Contou que o chefe tinha achado a idéia boa, e que no final da tarde, depois de fechar o escritório, ele batia na porta para os agentes o prender, já que não tinha a chave da cela. Recordou que um agente antigo pediu para um dos novos ir lá para prendê-lo, mas como eles não o conheciam, e como ele andava sempre arrumado porque trabalhava com o público, o agente olhou para ele, perguntou o que queria e o mandou ir embora. Dito isto, contou que respondeu ao agente, novo, que ele morava na oficina, no alojamento, mas que mesmo esclarecendo que era detendo o agente não o tinha prendido e mandou-o esperar até que confirmasse se ele era detento e que havia sido preso somente depois de quatro horas. Observando que a situação era engraçada, disse que assim como ele havia muitos outros, no entanto, havia detentos que não tinham mais conserto e que assim que eram soltos acabavam retornando à cadeia. Enfatizou que conheceu várias pessoas no Projeto Estampa Livre e que gostaria que elas tivessem tido a mesma oportunidade que ele para se reeducar, para retornar à sociedade com alegria, determinado a mudar e para nunca mais voltar à cadeia, senão para trabalhar. Complementou dizendo que entrava no lugar que ele tinha cumprido a pena sem nenhum problema, porque sabia que iria ajudar muitos a sentir a mesma alegria que estava sentindo. Agradeceu a todos. **O senhor Coordenador Luiz Carlos Pires Senna**, disse que no tempo em que esteve trabalhando na Secretaria da Pastoral e no Projeto Estampa Livre houve alguns sustos, porque as pessoas não queriam ir até a penitenciária, sendo uma situação constrangedora. *[Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V Bitencourt.]* Comentou que as pessoas tinham curiosidade de conhecer o projeto e lembrou que certa vez uma moradora do Monte Verde foi atendida lá e comprou uma

camiseta da Paróquia São Francisco, e que quando a acompanhou até o carro ela havia dito que queria ver os presos, momento em que foi informada que havia sido atendida por eles e que eram eles que faziam as camisetas, que mexiam no computador e atendiam no balcão. Comentou sobre muitas pessoas se assustarem quando um preso era colocado numa situação de dignidade, quando passava a ser um funcionário, um parceiro de serviço, uma pessoa que poderia fazer atendimento. Falou que houve algumas parceiras marcantes, e que uma delas foi com o CVV, Centro de Valorização à Vida, formado por pessoas que tinham capacidade de ouvir, comentando ser um parceiro daquele Centro, que havia entrado no sistema prisional e que atendiam exclusivamente o pessoal do Projeto Estampa Livre. Prosseguindo, **passou a palavra ao senhor José Vilela Sobreira Sobrinho, voluntário do Centro de Valorização à Vida**, que se referiu ao tratamento dispensado pelo doutor Marcelo junto ao Leandro, uma vez que queria levantar para dar lugar a ele e que aquele doutor, não usando da sua função, disse que ele ficasse ali, mostrando com aquilo uma quebra de paradigma e a valorização do ser humano e que tudo era possível desde que se quisesse mudar o olhar. Explicou que o CVV tinha como objetivo dialogar com as pessoas que estavam fragilizadas e não tinham com quem desabafar, relatando que o Centro de Valorização à Vida tinha aquela função, através de seus voluntários, pois que eram capacitados e preparados para ouvir e dialogar com o próximo de maneira respeitosa, compreensiva a fim de aceitar, acatar e acolher o outro pelo seu modo de ser, não impondo os seus dogmas, seus credos e suas crenças. Frisou que o CVV era apolítico, arreligioso, embora todos os voluntários tivessem o seu credo político e sua religião a seguir, ressaltando que o Centro era fraterno. Contou sobre a experiência que viveu como voluntário do CVV junto ao Sistema Prisional de Florianópolis, repetindo que a sensação que teve quando entrou lá pela primeira vez havia sido de medo, de pavor, porque a imprensa sempre mostrava as pessoas sendo sequestradas e virando reféns quando lá entravam. Contou que quando entrou na sessão da Estampa Livre percebeu que os presos estavam com tesouras, momento em que pensou que seria sequestrado; que no início havia sido difícil, porque eles tinham que conquistar a confiança e a que ela deveria ser mútua. Disse que comentou com eles que se alguma vez traisse a sua confiança poderiam bater nele, visto que ele mereceria. Explicou que foi feito um acordo entre eles e o CVV no sentido de que o que seria falado ficaria entre eles e que cada um ouvisse o outro com respeito. Disse que quando eram feitas as reuniões era perguntado como lidavam com o medo; que um deles respondeu que não poderia falar em medo em um lugar daqueles porque não sabia como ficaria diante dos outros. Acrescentou que tinha que haver confiança em falar sobre o assunto e que os companheiros que ali estavam deveria ouvi-lo com respeito e entender que ele tinha medo; que tinham que saber como ele lidava com a perda, com a ausência da família. Agradeceu ao agente Adilson que havia sido um parceiro, que estava sempre pronto a ajudar no trabalho, bem como agradeceu ao agente Ivo. Manifestou satisfação em testemunhar que de todos aqueles com quem trabalharam nenhum havia fugido ou reincidido; que muitos voltaram para a sociedade, ofertando trabalho para outros, exercendo seu trabalho com dignidade, mostrando que quando o ser humano se percebia respeitado, ele se sentia único perante o outro. afirmou que o CVV tinha como norma de que todo ser humano, na sua essência, era puro, era voltado para o bem. Falou que quando o recuperando percebia que estava sendo tratado com respeito, com carinho e com dignidade e que alguém acreditava nele, começava uma mudança significativa, uma mudança que a sociedade estava precisando e que para a qual tinha que abrir os olhos, não esperando pelas autoridades; que a sociedade tinha que arregaçar as mangas e mudar, inclusive combatendo a questão da droga, pois que a partir dela vinha todo o resto. Contou que já tinha sido objeto de violência e que tinha que, a partir de uma experiência negativa, refletir para que aquele fato não acontecesse mais na sociedade, ressaltando que se aconteceu com ele não desejava que acontecesse com o seu filho, com o seu neto ou com quem quer que fosse. Disse que tinha certeza de que o projeto daria resultado, porque eles tinham a Justiça ao lado deles, citando o doutor Alexandre Takashima como um grande entusiasta do projeto Apac. Lembrou que aquele projeto trabalhava no sentido de matar o criminoso e salvar o homem. Prosseguindo, **o senhor Coordenador** comentou que com o projeto, com o trabalho da pastoral carcerária, dava para ter uma ideia da experiência que tiveram no sistema prisional. Chamou de estrela da

festa, pois que era o motivo daquela audiência pública, e que era a prova viva de que dava certo. Informou que Leandro Mendes Aparecido, recuperando da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Lagoa da Prata, Minas Gerais, estava cumprindo pena em regime fechado e estava acompanhando a audiência pública para ensinar um pouco o que era a Apac, como professor. [*Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo.*] Em seguida, passou a palavra ao **senhor Marcelo Augusto Lucas Pereira, Juiz de Direito em Minas Gerais**, que após cumprimentar carinhosamente os integrantes da mesa de trabalho, externou sua gratidão pela maneira como fora acolhido pelo Estado catarinense, assim como agradeceu à Alesc pela disponibilidade do seu espaço físico e dos seus servidores. Disse que seu objetivo naquela audiência era o de transmitir um pouco da experiência adquirida no trabalho diário desenvolvido em sua atuação na Magistratura da cidade de Lagoa da Prata, Minas Gerais. Comentou que o Município de Lagoa da Prata contava com a Apac em pleno funcionamento, sendo aquela unidade uma referência naquele Estado e no País; que o recuperando Leandro Mendes Aparecido possuía a chave de sua cela, assim como todos os outros 113 recolhidos naquela localidade, explicando que dar credibilidade ao ser humano, sempre confiando, acima de tudo em seu senso de responsabilidade, era um dos pilares principais da Apac. Contou que tivera a oportunidade, em outra Comarca do Estado de Minas Gerais, de inquirir testemunhas provenientes da região Sul do Brasil, inclusive algumas oriundas de Santa Catarina, que falavam utilizando um linguajar próprio ou até mesmo um dialeto peculiar, tornando praticamente impossível a comunicação entre as partes, confessando que muitas vezes adaptava seu vocabulário ao daquelas pessoas no intuito de possibilitar uma comunicação satisfatória. Lembrando o poeta Vinícius de Moraes ao citar a frase “para se falar daquilo que se ama, não é necessário elaborar um discurso, basta rasgar um pedaço do coração” disse que tanto ele quanto o recuperando Leandro estavam naquela reunião para que seu coração fosse rasgado. Falou que estava muito envolvido com a Apac do seu Município de Lagoa da Prata, sendo aquele um envolvimento que havia transformado também a sua vida pessoal, pois aprendera a enxergar os outros seres humanos de maneira diferenciada. Neste sentido, disse que o senhor José Vilela Sobreira Sobrinho havia sido muito feliz ao colocar em seu discurso a importância da valorização humana, outro pilar que sustentava a Apac. Comentou que quando aguardava a conexão do seu voo no aeroporto de Campinas, acompanhado do Leandro, ocorrera uma troca de informação muito grande com aquele recuperando, pois que até então não havia mantido um contato tão próximo com nenhum daqueles indivíduos, principalmente pela falta de tempo existente no exercício da profissão de Magistrado. Comentou que recentemente conversara sobre a importância da autorreflexão pessoal de cada um, no sentido de o indivíduo aprender a se colocar no lugar do próximo, passando a tratar os outros como ele mesmo gostaria de ser tratado. afirmou que o Leandro testemunharia o fato de que a Apac havia se integrado em sua vida de maneira tal que o transformara em um ser humano diferente, melhor. Comentou que o *slogan* da Apac era “aqui entra o homem, lá fora fica o criminoso”, e frisou que viajara com aquele recuperando no mesmo voo, ocupara o assento ao seu lado e se hospedara no mesmo hotel, como se fossem amigos de longa data, confessando que, caso não houvesse lugar para hospedar aquele indivíduo, o acomodaria em sua casa. afirmou que não tinha medo do Leandro e nem de ninguém que estivesse cumprindo pena na Apac, pois confiava naquelas pessoas. [*Taquígrafa-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.*] Indo além, comentou sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais possuir experiência naquela área adquirida ao longo dos últimos doze anos, explicando que a partir de 2001 aquele Tribunal, através de pessoas brilhantes que ocuparam cargos estratégicos, sobretudo na Presidência, em órgãos superiores e na Corregedoria-Geral, viram no modelo de cumprimento de pena denominado Apac uma forma verdadeira de recuperar o cidadão e ressocializar o ser humano sob todos os seus aspectos, para que ele pudesse retornar ao convívio da sociedade sem causar temor a ninguém, pois ele estaria preparado para tal. Fazendo uso de PowerPoint, apresentou um breve histórico da Apac no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Mostrou a foto do Centro Integrado de Recuperação da Pessoa Humana em Conflito com a Lei, que se localizava dentro de um prédio, como um anexo, pertencente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Informou que aquele Centro era

denominado Programa Novos Rumos, e que tamanho era seu crescimento e sua importância no âmbito do Tribunal de Minas Gerais que acabava tendo o *status* de um órgão com certa autonomia em relação aos demais órgãos do Tribunal de Justiça, sendo vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Disse que ele havia sido regulamentado através de uma resolução de 2010 e que, dada sua importância, tinha orçamento próprio. Prosseguindo, falou que o Programa tinha cinco linhas de atuação, sendo eles Começar de Novo, PAI-PJ, GMF, Cooperação Judicial e Apacs. Com relação ao Começar de Novo, informou ter ele ganho notoriedade nacional por ter partido do Conselho Nacional de Justiça, em 2006. Contou que o início do Começar de Novo, em Minas Gerais, foi em 2008, e destacou que atualmente já havia alguns resultados positivos, como o fomento a parcerias com instituições públicas e privadas. Destacou que cada Comarca tinha uma experiência diferenciada, citando que em Lagoa da Prata, Minas Gerais, as empresas de porte grande, atuantes na região e na cidade, firmavam parcerias muitas vezes direcionadas a acolher recuperandos ou ex-recuperandos da Apac, empregando sua mão de obra à entidade. Continuando, explicou que o PAI-PJ era outro projeto dentro do Programa Novos Rumos direcionado a traçar políticas públicas no âmbito do Judiciário de Minas Gerais, relacionadas ao chamado portador de sofrimento mental que cometia algum ato delituoso e que, normalmente, era penalizado com medida de segurança. Informou ter o PAI-PJ uma visão humanizadora, acrescentando que o Programa Novos Rumos objetivava, essencialmente, humanizar o cumprimento das penas, medidas de segurança e medidas socioeducativas. Disse que competia ao Juiz do processo da execução solicitar o apoio ao PAI-PJ para que sua atuação fosse iniciada, e salientou que em Minas Gerais existia um movimento muito forte no sentido de dar fim aos chamados manicômios judiciais. Observou que o fim deles era causa de celeuma, mas que estava cientificamente comprovado que os manicômios não traziam tanto benefício no sentido de recuperar a loucura do cidadão infrator. Continuando, apresentou o GMF, Grupo de Monitoramento e Fiscalização, que tinha por finalidade básica acompanhar a execução criminal dentro do Estado de Minas Gerais, mais essencialmente no que dizia respeito a verificar as condições de cumprimento de pena nos presídios, tais como avaliar se sua estrutura física era digna ou não, se existia superlotação, se havia necessidade de intervenção, até mesmo para interditar uma ou outra unidade prisional. Ante o exposto, comunicou que em 2011 cinco unidades prisionais haviam sido interditadas e fechadas em face da atuação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização, que era composto de uma força-tarefa que incluía membros do Judiciário e da Secretaria de Defesa Social. Frisou que as interdições ocorreram sem alarde e que o motivo delas não foi sequer divulgado na imprensa, sendo um trabalho silencioso com resultados positivos. Disse que a interdição trazia a necessidade de tomada de atos, de transferência de recuperandos para outros lugares, e mencionou que tudo era feito numa harmonia muito grande e sem que houvesse maiores contratempos. Prosseguindo, falou que a Cooperação Judicial também era um dos braços do Programa Novos Rumos e consistia, essencialmente, em uma equipe própria de Juízes e servidores que abrangia todo o Estado de Minas Gerais, acrescentando que tal equipe procurava dar efetividade à justiça criminal, com os Juízes designados atuando fundamentalmente na prolação de sentenças e em processos que estavam aguardando havia mais tempo. Com relação às Apacs, disse que teve uma surpresa positiva quando soube do adiantado no tratamento da questão em Florianópolis. Informou que a Apac já estava formalizada e legalmente constituída em Santa Catarina, de acordo com regras próprias que ditavam os rumos das Apacs em todo o País. Salientou, porém, que faltava um espaço físico na Apac chamado de CRS, Centro de Recuperação Social, elucidando ser aquele o motivo da audiência. Em seguida, manifestou seu contentamento em participar da audiência e de poder compartilhar experiências. Prosseguindo, contou que a Apac era tratada, em Minas Gerais, como método alternativo de cumprimento de pena. Observou que, particularmente, não a via daquela forma e disse que quando se falava em método alternativo, muitas vezes a sociedade já via a questão com reservas. Falou que trabalhar com o menor infrator era muito delicado exatamente devido à discriminação e ao preconceito muito fortes. Avaliou estarem ali para romper aquelas barreiras, passando outra visão e mostrando que o ser humano era recuperável sim e que dependia, acima de tudo, de amor. afirmou que a Apac tinha

por base o amor e que através dele era possível resgatar a pessoa e trazê-la para o convívio da sociedade, como bem havia demonstrado o testemunho trazido à audiência havia poucos momentos. Retomando ao tópico, frisou não ver a Apac como método alternativo, justificando que ela não oferecia regalias e acrescentando que muitas vezes a sociedade a recriminava por acreditar que ela representava regalias ao apenado. Observou ser própria do ser humano a visão de retribuir o mal com o mal, a vingança com a vingança, mas disse ser evidente que as coisas não funcionavam daquela maneira. Falou que na Apac a Lei de Execução Penal era aplicada do primeiro ao último artigo e que aquilo não era, portanto, um modelo alternativo, havendo regras a seguir nos regimes fechado, semiaberto e aberto, além de uma fiscalização rigorosa quando o apenado estava no gozo do livramento condicional. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.] Lamentou o Estado não ter mecanismos para fiscalizar e afirmou que não existia a menor possibilidade de fiscalização devido à escalada crescente do crime. Contou que o recuperando e mesmo o ex-recuperando continuavam vinculados e fiscalizados pela Apac e que se porventura não comparecessem ao emprego, seriam penalizados. Comentou que o que havia de alternativo era o cumprimento da lei de maneira digna e voltada à recuperação do ser humano. Acrescentou que existiam várias diferenças entre a Apac e o sistema comum, dando como exemplo o fato de ser uma prisão sem armas, sem motins, sendo a reincidência inferior a 10%, o que havia sido comprovado estatística e cientificamente; que no sistema prisional comum, que era o existente em Santa Catarina e na maior parte do País, aquele índice muitas vezes se elevava a um percentual superior a 90%, reafirmando que a metodologia aplicada na Apac tinha um resultado extremamente positivo. Informou que o senhor Mário Ottoboni foi o idealizador da Apac e que aquela Associação havia nascido em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, cuja ideia não vingara, mas que em Minas Gerais, em face da grande vontade de todos, o resultado tinha sido muito positivo. Salientou que a Apac tinha por objetivo transformar criminosos em cidadãos e falou sobre os doze elementos da metodologia, explicando que eles eram os pilares de sustentação da Apac, e que sem eles uma Associação como aquela não sobreviveria. Citou como primeiro elemento da metodologia a participação da comunidade, em que participavam autoridades com poder delegado, autoridades eclesásticas e outros segmentos da sociedade, visto que sem sua participação aquela Associação não sobreviveria ou sequer nasceria. Comentou que se realmente havia o desejo da instalação da Apac em Florianópolis, era necessário abraçar, desde aquele momento, aquela causa. Contou que tentara instalar a Apac na cidade de João Pinheiro, próxima a Brasília, mas que não conseguira devido à resistência da sociedade que achava que o preso seria tratado como um hóspede de hotel. Lamentou o fato de a sociedade ser incapaz de aprofundar uma reflexão a respeito do assunto, e acrescentou que o que estavam fazendo naquela oportunidade era feito com muito brilhantismo pela pastoral, a quem ofertou todo o crédito. Parabenizou o esforço de todos os envolvidos naquela questão até ali. Disse que não existia tratamento diferenciado ou de regalias dentro da Apac e adicionou que tinham de pensar quais os benefícios que o cidadão iria colher quando da sua implantação e que sua intenção era voltada à ressocialização do cidadão, assunto sobre o qual as pessoas deveriam refletir. Como segundo elemento da metodologia, disse que se tratava do recuperando ajudando outro recuperando; que dentro daquela ideia estava o fato de o Leandro, dentro da cela onde estava recolhido, ser o seu represável, e repetiu mais uma vez, que aquilo se dava sem regalias. Dentro da questão estava o fato de em todos os regimes existir um conselho composto por recuperandos, que chamavam de CSS, Conselho de Solidariedade e Sinceridade, que tinha como objetivo deliberar sobre questões de interesse dos próprios recuperandos, ou seja, ajudando também a administração da Apac e contribuindo muitas vezes no seu aperfeiçoamento. Narrou que o Leandro havia contribuído quando chamou a atenção de um irmão recuperando, ao perceber que fazia uso de droga no regime fechado; que quando descoberto, aquele recuperando foi abordado e punido quando o fato foi levado ao conhecimento da casa. Ressaltou que muitas vezes aquela pessoa não era merecedora de permanecer na Apac; que aquela Associação era para todos, mas que infelizmente nem todos eram para ela porque não conseguiam absorver a sua metodologia e que devido àquilo eram incapazes de ficar ali e contribuir. Narrou o trabalho como sendo o terceiro elemento da metodologia e acrescentou que na execução penal

o trabalho era um direito e um dever e que não era diferente na Apac, apenas com a ressalva de ser, no regime fechado, mais voltado para a reflexão, a título de reconhecimento do próprio erro; que tinha mais a tendência de ser laborterapia. Sendo assim, o trabalho não tinha por objetivo profissionalizar ninguém e muito menos tinha por objetivo possibilitar a remuneração do recuperando, pois que no regime fechado era mais um trabalho de oficina, de pintura, de marcenaria e no regime semi-aberto era um trabalho profissionalizante de ensinamento para que o recuperando pudesse aprender algo e ser realmente útil à sociedade quando retornasse à ela. Salientou que muitas vezes ele só aprendia realmente alguma coisa dentro da Apac e que quando estivesse livre, sem ter opção de emprego, suas chances ficariam reduzidas. Disse ser a espiritualidade o quarto elemento da metodologia e explicou que as fotos que apareciam no PowerPoint eram fotos de várias Apacs de Minas Gerais, sendo muitas delas de Lagoa da Prata. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz.] Disse que a espiritualidade era o estímulo da alma, que cuidava dos valores, obedecendo a liberdade de credo, e complementou que muito se falava em estado laico, registrando que dentro da Apac o exercício da espiritualidade era obrigatório, sempre respeitando a liberdade de crença de cada recuperando. Contou que o recuperando vinha de outros presídios contaminado pelas regras e pela convivência que recebia naquelas instituições, e apresentava dispensa de tratamento ao próximo e de credo. Expôs que o regime fechado era considerado a alma da Apac porque era onde o recuperando repensava seus atos e se tornava um verdadeiro cidadão para voltar a viver em sociedade, mas que ainda assim o recuperando tinha dúvidas a respeito do credo. Colocou que para a Apac era inaceitável que o recuperando, no regime aberto, depois de duas etapas de cumprimento da pena, dissesse que não tinha credo, porque representava que o recuperando ainda não havia decidido mudar o curso de sua vida. Acrescentou que o quinto elemento era a assistência jurídica; que cada Apac contava com assistência jurídica e com um advogado voluntário; que a participação da sociedade era importante e acontecia através da entrega, do amor e do trabalho voluntário. O sexto elemento de metodologia da Apac era assistência à saúde e acrescentou que Florianópolis contava com tratamento psicológico, médico e dentário. Citou a valorização humana como o sétimo elemento e listou o estímulo ao estudo de qualidade para que o recuperando pudesse ser inserido na sociedade; a recuperação da autoimagem e a recuperação do apreço pela vida em todas as suas formas. Apontou, como oitavo elemento, a família, pois que era ponto fundamental no âmbito da Apac. Indo além, disse que o voluntariado e sua formação constante era o nono elemento da metodologia apaqueana. Após, mostrou fotos de diversas Apacs em Minas Gerais, comentando sobre os regimes de pena. Disse que o Centro de Reintegração Social e o mérito eram respectivamente o décimo e o décimo primeiro elementos da metodologia. Acrescentou que os encontros anuais eram o décimo segundo elemento e que oportunizava ao recuperando a adoção de uma nova filosofia de vida através de três dias de reflexão e interiorização de valores, conhecidos como Jornada de Libertação de Cristo. Acrescentou que aquela Jornada visava uma reflexão profunda sobre o que se era, o que se queria ser, e era considerada o elemento mais importante dentro da Apac. Em seguida, disse que em Minas Gerais havia 33 Apacs em funcionamento e mais de 100 legalmente constituídas, que precisavam apenas de um CRC. Contou que o Apac naquele Estado era uma verdadeira política pública porque contava com o apoio do Executivo e do Judiciário. Novamente registrou que sentia muito orgulho em pertencer a uma família apaquiana e que quem visitava uma Apac não a encarava como um presídio. Mostrou fotos de Apacs das cidades de Pouso Alegre, Lagoa da Prata, Paracatu e São João Del Rei, de Minas Gerais e falou que existe duas mil vagas, com perspectiva de aumento para três mil vagas. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.] Então, falou do carinho em relação ao próximo, mencionando o Juiz da Comarca de São João Del Rei, grande expoente da Apac, muito respeitado, conforme estava retratado naquela foto. Disse que dentro da Apac o recuperando se mostrava um ser totalmente fragilizado, apesar de ter cometido absurdos anteriormente, porque não sabia qual seria a decisão do Juiz, se teria o seu benefício caçado ou não. Afirmou que a metodologia da Apac era a fonte inspiradora que motivava as ações executadas no Programa Novos Rumos e que ela era, cada vez mais, tratada com muito carinho por todos os mineiros, e fez questão de repetir que era importante que a sociedade tivesse claro que o trabalho desenvolvido

pelas Apacs não significava colocar o recuperando no colo, mas castigá-lo, entre aspas, pelo seu erro, só que com um tratamento digno, fazendo-o repensar a sua vida, ter uma noção de valor. Registrou com muito orgulho os resultados positivos alcançados pelas Apacs de Minas Gerais, salientando que também existiam os fracassos, porque o ser humano era falível por natureza, mas assegurou que os resultados positivos eram tão grandes que os faziam esquecer dos negativos. Disse que via o recuperando como um filho e que só lembrava dos pontos negativos quando tinha que penalizá-lo de acordo com a lei, quando ele cometia um ato falho, questionando-se onde tinha falhado na sua recuperação, mas que tudo aquilo era superado pelas alegrias do dia a dia. Finalizou dizendo que tinha feito uma simples exposição do trabalho realizado em Minas Gerais pela Apac, parabenizou a iniciativa da Pastoral Carcerária e agradeceu o tratamento dispensado a ele e ao Leandro, afirmando que brevemente retornariam para constatar o resultado positivo alcançado por aquela Apac, bem como convidava todos a visitarem Minas Gerais a fim de que pudessem atestar que o que estava dizendo era uma verdade. Na sequência, fez uso da palavra o **recuperando Leandro Mendes Aparecido, de Minas Gerais**, que desejou uma boa-noite a todos e agradeceu a Deus por lhe proporcionar aquele momento, que era de muita importância para a sua vida, bem como aos que colaboraram para que ali estivesse. Em rápidas palavras, traçou um histórico sobre um período da sua vida, desde o momento em que foi preso, em 2007, até os dias atuais. Disse que respondia a três processos, pelos quais tinha sido condenado a vinte anos de reclusão, cumprindo pena em regime fechado na Apac de Lagoa da Prata, onde se encontrava há quatro anos, sendo que o primeiro ano de reclusão foi cumprido no sistema comum. Afirmando lembrar-se de tudo como se fosse naquele momento, citou que ao chegar no presídio algemado com as mãos para trás, a primeira coisa que escutou foi que era para abaixar a cabeça, e que com medo de apanhar, imediatamente assim fez, sendo levado para a cela menos lotada, segundo palavras do carcereiro. Disse que o corredor no qual ficava sua cela era de mais ou menos 10 metros, com celas nos dois lados, sendo que a sua era a última, muito pequena, com capacidade para quatro detentos e estavam em nove, e que aquela realidade de superlotação não era somente de Lagoa da Prata, de Florianópolis, de São Paulo ou do Rio de Janeiro, era a realidade de muitas Comarcas do País. Continuou contando que, ao chegar na cela e ser trancafiado foi sentindo revolta, que foi aumentando quando chegou a comida, porque viu o pessoal fazer da tampa da marmita uma colher e porque não tinha como se alimentar daquilo, apesar da fome que sentia, e ressaltou que seus pensamentos eram de vingança contra os que tiveram participação na sua prisão, contra a sociedade, contra os seus inimigos, contra os agentes. Afirmou que só pensava em sair dali e fazer muito mais do que tinha feito, sendo a realidade de todos os presídios, que verdadeiramente eram uma escola do crime, e explicou que se uma pessoa entrava no presídio por ter roubado uma bicicleta, era instigado a roubar um carro, uma moto e não uma bicicleta, porque a cadeia seria a mesma, assim como se fosse para vender uma quantidade pequena de droga ou algumas pedras, era para vender em quilos, porque se fosse preso a cadeia seria a mesma. Salientou que a sociedade pensava que pondo um preso atrás das grades estaria resolvido o problema, mas que era necessário frisar que o problema estava apenas começando, porque a pena tinha um início, que era quando ele cometia o delito e era pego; que tinha um meio, que era a maneira que iria pagar por aquilo e de que forma seria tratado; e um fim, que era quando receberia o alvará de soltura, e que a maneira como ele voltaria à sociedade dependeria da ajuda e do tratamento recebidos, o que no sistema comum não existia. Prosseguindo, disse que havia sido espancado várias vezes pelos agentes, que já tinha visto preso torturando preso, e relatou o acontecido com um detento em Lagoa da Prata, que depois de iniciar um motim e ir para a solitária, ateou fogo no seu colchão, sofrendo as consequências do seu ato, pois que após pedir ajuda a Deus e ser socorrido pelo carcereiro, acabou morrendo. Ressaltou que muitos ainda sofreriam e morreriam se a sociedade não tomasse a iniciativa de depositar confiança na Apac. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] Disse que havia afundado no caminho do crime, tendo sido condenado a vinte anos de cadeia pelo doutor Luiz Carlos, coordenador do Projeto Novos Rumos, e que no momento da condenação pensou que arrumaria um jeito de fugir. Lembrou que, em seguida, começou a ouvir falar da Apac em Lagoa da Prata, local onde comentavam que os presos tomavam conta dos

outros presos, onde não existia armamento policial e os presos cuidavam das chaves, tendo em seguida chegado à conclusão de que aquele seria o lugar perfeito de onde poderia fugir. Contou que começou a mandar cartas dizendo que queria se recuperar e mudar de vida, que queria ser um novo cidadão e que precisava de uma oportunidade, avaliando que se já era acostumado a enganar sua mãe, seu pai e seu irmão, enganando assim a si mesmo, não fazia qualquer diferença enganar os outros. Falou que os outros detentos começaram a ser transferidos e que, ansioso, aguardou sua vez, até que o informaram que seria o próximo a ser transferido para a Apac, momento em que ficou muito feliz e eufórico por perceber que finalmente poderia fugir, explicando que sentia muita revolta em seu coração, muito desejo de vingança e vontade de sair e de ser cada vez pior. Lembrou que saiu de sua cela sem algemas e que a presidente da Apac, na época a senhora Ângela, foi sozinha buscar nove detentos, acrescentando ter estranhado muito aquela atitude e que, por desconfiança, não tentou fugir naquele momento com medo de haver algum policial escondido fazendo sua escolta. Contou que, ao chegar na Apac de cabeça baixa e mãos para trás, a primeira coisa que lhe disseram foi para levantar a cabeça, pois ali ele não precisaria andar daquela forma. Mencionou existir um código, na cadeia comum, segundo o qual era proibido dar bom-dia, mas que na Apac recebeu boas-vindas, o que o fez pensar em primeiro conhecer o território que estava adentrando para depois ver por onde seria mais fácil fugir e de que maneira faria aquilo. Disse que, desde logo, o tratamento que recebeu dos outros detentos foi diferenciado, explicando que o ajudavam fornecendo creme dental, toalhas, colchão, roupas, aparelho de barbear, sendo que aquilo o surpreendia muito. Falou que percebeu estar sendo valorizado pela primeira vez, pois sentiu que recuperando ajudava outro recuperando, mas que a revolta e o sistema carcerário comum haviam implantado em seu coração muita raiva e que já estava determinado a fugir. Contou que, no sistema comum, tudo era comprado e o que mandava na cadeia era a lei do mais forte ou a de quem tinha mais dinheiro, mas que na Apac os detentos tinham as chaves das celas e que havia a valorização do ser humano, com biblioteca, com cela e refeitório limpos e arrumados. Lembrou ter se surpreendido ao chegar à laborterapia e terem lhe oferecido furadeira, martelo e serrote para o trabalho, dizendo que se quisesse poderia tomar emprestados os instrumentos, momento em que pensou que tinha à disposição tudo de que precisava para fugir dali. Disse que já havia fugido da cadeia quando estava no sistema comum, mas que sua mãe o encontrou e o convenceu a retornar, tendo ele obedecido e, assim, ido parar na Apac. Afirmou ter percebido desde o início que na Apac a família do detento era tratada com dignidade e respeito durante as visitas, e que isso lhe chamou a atenção, pois no sistema comum as famílias também eram castigadas com revistas desumanas e humilhantes. Salientou que na Apac as revistas eram feitas com respeito por voluntários e que as visitas duravam de quatro a cinco horas, momento em que decidiu usar aquele tempo para conversar com sua mãe, matar a saudade e fugir só depois daquilo. Contou um pouco de sua rotina na Apac, que dormia e acordava bem, fazia sua oração, se alimentava com talheres, acrescentando tratar-se de uma alimentação de primeira qualidade, com um alimento que nunca comera em sua própria casa. Disse que homens que viviam afundados nas drogas, no vício, sem tomar banho, magrinhos, eram atualmente tratados na Apac com respeito e estavam bonitos e sadios, e referiu-se à Apac como "mamãe Apac" devido à valorização humana que proporcionava. Contou o episódio em que um colega seu, durante uma das refeições, comia e chorava ao mesmo tempo, e que ao ser questionado sobre o motivo daquilo havia respondido que chorava por não saber se sua mãe e seu filho estavam tendo condições de comer tudo aquilo na sua casa, naquele momento. Lembrou-se da primeira visita que recebeu de sua mãe, quando arrumaram para ele um local e uma cadeira para tal, e que quando sua mãe chegou, em meio a tanta alegria pelo reencontro, ela logo começou a chorar. Disse que também chorou e que, naquele momento, sua mãe agradeceu a ele por ter ido para a Apac e por ter permitido que ela fosse tratada com respeito e dignidade pela primeira vez, ato que lhe havia devolvido a paz por saber que a partir de então seu filho estaria sendo tratado com respeito e estaria trilhando um caminho em busca da recuperação. Contou tê-la abraçado e ficado sem palavras diante do desabafo, avaliando ter sido aquela a melhor visita de sua vida e acrescentando que aquilo fez com que adiasse seus planos de fuga. Falou que os pensamentos de vingança e desespero foram dando

lugar a sentimentos de amor, confiança, respeito e valorização humana, e que tudo aquilo foi aquebrando seu coração. Disse que já estava na Apac havia quase quatro anos e que estava tentando fugir desde que tinha chegado lá, mas que não conseguia, e todos riram. Avaliou que a única explicação para aquilo era a de que do amor ninguém fugia, pois não havia como fugir de quem o tratava com respeito, de quem acreditava nele, de alguém que deixava a própria família para ir ajudá-lo. Citou o apoio do doutor Marcelo e do doutor Luiz Carlos, e disse surpreender-se sempre ao perceber que era amigo de um Juiz e que um Juiz era seu amigo, que um confiava no outro, acrescentando que ele abraçava o doutor Luiz Carlos, que o tinha condenado a vinte anos, e que ainda pedia a sua bênção, e todos riram novamente. Observou que ele só podia ser um doido da vida, pois ainda lhe restavam quinze anos de cadeia para cumprir e que ele continuava agradecendo ao seu amigo Juiz, e todos riram mais uma vez. Disse que aquilo tudo era só um pouco do que a Apac havia feito por ele e que, atualmente, sentia a mudança pela qual havia passado. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.*] Afirmou que não imaginava vir para Florianópolis e contou a forma como se deu o convite para participar daquela audiência pública, que ficou surpreso e achava que fosse brincadeira que ele ia viajar de avião e dormir em um hotel, e que tudo era verdade e ele veio como um cidadão no meio das pessoas que se movimentavam ao redor dele, e que não passou pela mente de ninguém que ele fosse um detendo, momento em que a platéia se manifestou com palmas. Continuando, disse que aquilo o fortalecia e o engrandecia e que ele estava mudando de vida para o bem dele próprio, como naquele momento em que estava ali compartilhando um pouco do que tinha aprendido da Apac e que continuava num processo de aprendizado, pois veio mais para aprender do que ensinar. A seguir, descreveu a emoção que sentiu ao chegar ao hotel e ver todo o conforto ao seu dispor e começou a chorar de emoção se sentindo valorizado como ser humano. Assim sendo, observou que da mesma maneira que ele o Leandro Mendes Aparecido tinham mudado havia muitas pessoas em Florianópolis esperando uma oportunidade para mudar, para devolver o sorriso para suas mães, que eles tinham tirado com um gesto que mudou a vida deles. Prosseguindo, reiterou que em Florianópolis tinha muitos recuperandos esperando uma oportunidade para começar uma nova vida e acabar com o sofrimento de suas famílias, e que a maior beneficiada seria a própria sociedade, complementando que um preso recuperado a mais, seria um bandido a menos na sociedade. Pediu para que todos os presentes juntos lutassem pela Apac em Florianópolis para que fosse um exemplo de sistema de cumprimento de pena e que realmente tivesse resultado. Observou que não dizia aquilo porque tinha lido ou ouvido e, sim, porque ele estava vivendo aquela recuperação que mudou a sua vida. Contou, emocionado, que antes de sair da Apac pode telefonar para a sua mãe e que quando disse que estava vindo para Florianópolis ela não acreditou, e ele explicou que iria ajudar naquele encontro com um pequeno testemunho dele, tendo então ouvido sua mãe dizer que estava orgulhosa dele, o que o fez lembrar que há poucos dias ela tinha reclamado que era o quinto Dia das Mães que ela passava com ele atrás das grades. Emocionado, acrescentou que, mesmo estando preso, a mãe sentia orgulho dele; que aquelas palavras foram uma recompensa para ele. Agradeceu a oportunidade de estar naquela audiência e pediu desculpas por alguma palavra mal proferida e que a intenção dele era somente orientar e buscar ajuda. Reiterou a importância de ajudar os recuperandos que estavam cumprindo pena em Florianópolis e aquela cidade merecia uma Apac, sendo que neste momento os presentes se levantaram e o aplaudiram efusivamente. Retomando a palavra o **Coordenador, Luiz Carlos Pires Senna**, agradeceu a vinda do Leandro e disse que não tinha palavras para descrever o testemunho emocionante que acabaram de ouvir e que aquele relato seria muito proveitoso. Dirigindo-se ao Leandro disse que gostaria de aprender mais com ele, mas o tempo era exíguo e era lamentável que não pudessem ouvi-lo por mais tempo; que ele tinha sido o professor naquela noite, entre outras figuras especiais que estavam participando daquele evento. Em seguida disse que o próximo manifestante seria o doutor Alexandre Karazawa Takashima, Juiz Corregedor, representando o Desembargador Vanderlei Romer, Corregedor-Geral de Justiça, que havia sido uma das pessoas que procurou a pastoral carcerária para fazer um *link* com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através do Projeto Novos Rumos em Minas Gerais. A seguir, o **senhor Juiz Alexandre Karazawa Takashima**, disse que estava feliz por reencontrar rostos familiares e mais feliz ainda por

encontrar pessoas que não conhecia, o que era um bom sinal. Disse que na verdade era um torturador e que tinha a convicção que daqui alguns anos, da mesma forma que liam sobre senzalas e escravidão, iriam lembrar-se dele e que estava condenado pela história por assim ser. Observou que infelizmente na lei se encontravam dois pesos e duas medidas; que em um aplicavam a parte da punição e que no outro não se preocupavam em cumprir a parte da lei que garantia a questão dos direitos e garantias fundamentais. Dando uma entonação de brincadeira, reportou-se ao Adriano e disse que prometia em não chamá-lo de O1, o que causou risos na plenária. Agradeceu a participação do doutor Vilmir, Juiz de Execução Penal da Capital e da Desembargadora Jane naquela audiência. Falou que o Judiciário estava começando a perceber que um índice de reincidência de 70% a 80% era inconcebível, um fracasso total, sendo que de cada dez presos, oito voltavam para o sistema e que o adolescente em conflito com a lei estava com um índice de 55%, que estavam indo para o mesmo caminho que o maior de idade. Reportando-se às palavras do doutor Marcelo, disse que achava que a Apac não seria uma solução alternativa e que seria a principal solução do sistema de contenção ou comum e que tinham que dar uma chance para reduzir o índice de reincidência. Contou que no final do ano começou a fazer terapia devido à pressão, e que no final da primeira sessão a psicóloga chorou com ele. Complementando, disse que na verdade o doutor Marcelo havia tocado num ponto importantíssimo, e que ele ficava se questionando por que gostava tanto de preso e de adolescente autor de ato infracional, tendo chegado à conclusão, pela capacidade que ele tinha em se colocar na situação do infrator, que eram seres que sentiam dor e mereciam respeito, parando de chamá-los de criminosos e adolescentes infratores. Assim sendo, comentou que o infrator pratica um delito num momento específico e fica tachado para o resto da vida. Disse que deveriam a ter a sensibilidade da ética no sentido daquela prática. Sugeriu que comessem a transformar aquele conceito de amor em um conceito jurídico também, reafirmando que não seria somente na questão sexual, mais no amor que reconhece no outro um irmão efetivamente. Garantiu que já haviam caminhado bastante deste o ano passado sobre aquelas questões. Em seguida, agradeceu a participação da Vânia, da Adriana e de todos os presentes, pois aprendeu na terapia que sonhar junto seria muito melhor. Falou que leu na semana passada o livro *Fuga do Campo 14*, referente aos campos de concentração da Coréia do Norte e cientificou que realmente os dados contidos naquele livro eram estatísticos, pois que fizeram um levantamento, na época da II Guerra Mundial, nos campos de concentração Auschwitz, onde o maior número de sobrevivente eram aqueles que tinham alguma amizade lá dentro. Reforçou que sonhar junto já era fundamental desde a realização da primeira audiência pública e que aquele sonho estava se fortalecendo. [*Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa.*] Acrescentou que aquele era o momento para juntos verificarem quais seriam os próximos passos para que se tornasse realidade, porque como viram através dos depoimentos não era sonho, era realidade e que os cidadãos tinham aquela responsabilidade. Isso posto, observou que se os índices de criminalidade e de reincidência estavam ruins, que cada um tinha a sua cota de culpa e que tinham que parar de pensar que o sistema prisional era um lugar para sofrimento; que a grande maioria da população pensava que cadeia e centro de internação não bastava, que tirar a liberdade era pouco, que eles tinham que sofrer. Prosseguindo, comentou que ele era filho de Assistente Social e de Veterinário e que aprendeu que o animal racional ou irracional, se sentisse dor, tinha que ser respeitado e, assim sendo, se se sentisse os animais tinha-se que respeitar os semelhantes, acrescentando que o Grupo Amor Exigente tinha uma frase que carregava sempre consigo que era “amo, mas não concordo com as coisas erradas que você faz”. Indo além, colocou que, em sua opinião, o sistema prisional tinha que adotar um lema parecido com aquele, porque o amor seria o valor referencial do sistema prisional. Frisou que aquilo era possível porque via no rosto dos presentes que estavam prontos para colocar a mão na massa e que era preciso utilizar aquela energia boa. Informou que naquele ano tinham dois juizes trabalhando na parte da execução penal, sendo ele na Corregedoria e o doutor Júlio na Presidência, e que dobraram a capacidade de

juízes no Tribunal. A seguir, justificou a ausência do doutor Júlio na audiência, por problema de saúde, e finalizou dizendo que da parte deles continuariam sonhando para fortalecer a Apac a fim de que realmente deixasse de ser um sonho e se tornasse realidade. A seguir, o **senhor Luiz Carlos Pires Senna**, disse que estava chegando ao final daquela audiência, mas que ainda era o começo da luta e que iriam ver no que iria dar e quem iria ajudar, porque precisavam da ajuda de todos. Lembrou que Santa Catarina tinha 16 mil presos e que seu pensamento era que aquele acontecimento seria um embrião que daria muitos frutos, sendo um modelo para os outros Estados, faltando apenas montar aquelas Apacs nas diversas comarcas do Estado. Observou que tinha esperança que aquilo acontecesse, assim como um dia, há cinco anos ou seis anos, sonhou em falar de Apac, só que não imaginava que seria na Assembleia Legislativa. Complementando, disse que esperava que os Deputados se envolvessem no processo porque precisavam do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público caminhando junto, participando do projeto. Observou que os movimentos sociais tinham que acompanhá-los e quebrar aquele paradigma, mostrando para a sociedade que era possível. Comentou ainda que a Pastoral Carcerária estava esgoelada naquele processo todo e estava faltando espaço para a realização daquele sonho que daqui a alguns anos poderia servir para outros Estados, para outros países, quiçá levando os parceiros recuperandos, assim como o Leandro que esteve ali, para dar o seu testemunho em outros países da América do Sul, bem como da América Latina, onde o sistema carcerário também era frágil, violento e torturador. Indo além, disse que era um sonho possível porque acreditava no trabalho das pessoas certas que estavam naquele momento participando da audiência. Dirigindo-se ao final de sua fala, em nome da Pastoral Carcerária, agradeceu de coração, a participação de todos, bem como à Assembleia Legislativa, que cedeu aquele espaço e toda a estrutura da Comissão de Direitos e Garantias. Pediu desculpas por alguma falha na organização do evento, por ter sido o primeiro, mas que para tornar público e legal tinha que passar por aquele processo e esperava que houvesse outras audiências públicas. Finalizando convidou os presentes para assistirem ao Programa Conversas Cruzadas, na TVCOM, sobre a Apac, das 22h às 23h daquele dia. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Daniel Tozzo**, agradeceu ao senhor Luiz e frisou que realmente a primeira vez nunca se esquecia. Comentou que ele concorreu uma única vez na vida como candidato a Deputado Estadual, e que como tal teve a oportunidade de presidir aquela audiência pública. Prosseguindo, disse que havia anotado alguns tópicos como a quebra de paradigmas, de que não houve nenhuma fuga dos recuperandos que passaram pelo projeto da Apac, da educação, da escola, da espiritualidade e de outros que o levaram a refletir e entender o gesto do cidadão Karol Wojtyła, o Papa João Paulo II, quando foi capaz de, num dos gestos mais dignos de humildade dos últimos anos, perdoar quem havia tentado matá-lo. Isso posto, comentou que na vida era difícil perdoar, e que ao mesmo tempo era algo que poderia ser tão simples, assim como todo o cidadão deveria ter a capacidade de mudar, sendo que mudar poderia ser para melhor. Contou que no pronunciamento que fez no ano passado, quando assumiu pela primeira vez como Deputado, disse que deveriam estar sempre unidos para construir a paz e que a paz também se construía com bons exemplos. Observou que sabia da responsabilidade que um Deputado Estadual tinha com suas palavras, porque milhões de pessoas iriam ter acesso a tudo aquilo, e que bons exemplo deveriam ser seguidos. Acrescentou que a Apac era um bom exemplo; que o senhor Nilton era um bom exemplo; que o recuperando Leandro levantasse a cabeça porque ele era um bom exemplo e que sempre seriam bem-vindos àquela Casa, onde os Deputados estariam à disposição para colaborar com bons projetos. Informou que tudo o que aconteceu ali ele iria relatar em plenário para que os outros 39 Deputados tivessem conhecimento. A seguir, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a audiência pública. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.*]

DEPUTADO ESTADUAL DANIEL TOZZO
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e três de maio de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Gilmar Knaesel, Manoel Mota, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 12ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente apresentou Requerimento, para a realização de Audiências Públicas nos municípios de **Maravilha** no dia vinte e seis de junho de dois mil e doze às quatorze horas, **Videira** no dia vinte e oito de junho de dois mil e doze às quatorze horas e em **Xanxerê** no dia cinco de julho de dois mil e doze, também às quatorze horas. As referidas Audiências Públicas tem por objetivo discutir o programa de implantação de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva nas propriedades rurais atingidas pela estiagem em Santa Catarina, previsto no projeto de Lei nº 0032/12 e aprovado na forma do Anexo II, chamado Caminhos de Prevenção de Desastres Contra Secas, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Valmir Comin** relatou o PL./0135.4/2012, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Itajaí para regularização da ocupação pela Rodovia SC-486, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe da Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e três de maio de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 077/2012

REFERENTE: 13º Termo Aditivo de 02/02/2010, referente ao Contrato CL nº 009/2010, celebrado em 09/05/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Indobel Assinatura, Leitura e Publicações Ltda.

OBJETO: Constitui objeto deste Instrumento a alteração quantitativa do objeto original, acrescentando 01 (uma) assinatura do jornal "O Estado de São Paulo" e 01 (uma) assinatura do jornal "Notícias do Dia".

VALOR MENSAL? R\$ 14.409,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b" e § 1º, combinados com os arts. 57, IV e 58, I, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 31 de maio de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

Rosely Munch- Indobel Assinatura, Leitura e Publicações Ltda.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 078/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 017/2012, celebrado em 15/05/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: **AFS Consultoria e Treinamento Ltda.**

OBJETO: contratação da empresa AFS Consultoria e Treinamento para, com base na reivindicação da Comissão de Segurança Pública desta ALESC, devidamente corroborada pela Escola do Legislativo, ministrará palestras sobre o tema "**Prevenção a Fraudes e Segurança Física Patrimonial**" em 27 (vinte e sete) diferentes municípios de Santa Catarina.

VALOR GLOBAL: R\$ 135.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 007/2012 (art. 13, VI combinado com o art. 25, II e § 1º da Lei 8.666/93); Autorização para Processo Licitatório 00293/2012-CDG; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 31 de maio de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Arnaldo Ferreira dos Santos- Proprietário

*** X X X ***

EXTRATO Nº 079/2012

REFERENTE: Inexigibilidade nº 007/2012 celebrado em 15/05/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: AFS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

OBJETO: Contratação da empresa AFS Consultoria e Treinamento para, com base na reivindicação da Comissão de Segurança Pública desta ALESC, devidamente corroborada pela Escola do Legislativo, ministrar palestras sobre o tema "**Prevenção a Fraudes e Segurança Física Patrimonial**" em 27 (vinte e sete) diferentes municípios de Santa Catarina.

VALOR GLOBAL: R\$ 135.000,00

VALOR MENSAL: R\$ 15.000,00

DATA: 01 de abril a 31 de dezembro de 2012.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 13, VI combinado com o art. 25, incisos II e § 1º da Lei 8.666/93 e Autorização para Processo Licitatório nº 00293/2012 - CDG.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 1155 (Modernização e Manutenção da Escola do Legislativo), Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento: 3.3.90.39.22 (exposições, congressos e conferências).

Florianópolis, 31 de maio de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 949, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROSEMBERG LAUREANO**, matrícula nº 7028, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 950, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RONALDO MOREIRA DA SILVA, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ismael dos Santos - Blumenau).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 951, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **MABEL SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 1801, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia - Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ROBÉRIO DE SOUZA, que se encontra em licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 01 de junho de 2012 (DL/CC - Comissão de Constituição e Justiça).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 952, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROSELI APARECIDA TEIXEIRA, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andrino - Tijucas).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 953, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SANDRO LUIZ FAVERO**, matrícula nº 6207, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 954, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCAS FAVERO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab. Dep. Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 955, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MICHAEL COLACOU VIEIRA**, matrícula nº 5426, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 956, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ACIONI ALCIONEU MARTINS**, matrícula nº 5727, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 957, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ACIONI ALCIONEU MARTINS, matrícula nº 5727, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Jose Milton Scheffer - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 958, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **NELI SANTOS**, matrícula nº 6540, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Plínio de Castro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 959, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 947, de 30 de maio de 2012, que lotou o servidor **CLAUDIO LUIZ SEBEN**, matrícula nº 485, na DL - CC - Comissão de Saúde.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 960, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Dieter Janssen para o gabinete do Deputado Joares Ponticelli, a contar de 01 de junho de 2012.

Matrícula	Nome	Cargo
2591	JULIO CESAR CANCELLIER DE OLIVO	PL/GAB-55
3025	JORGE SERGIO TURATTI	PL/GAB-54
3295	JOAO OTAVIANO RAMOS	PL/GAB-57
3403	ALINE BUSSOLO	PL/GAB-75
3625	MARLETE PEREIRA RICHTER	PL/GAB-75
3702	JULIO CESAR MARTINS	PL/GAB-35
4369	LAERCIO MENEGAZ	PL/GAB-75
4581	SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA	PL/GAB-62
5659	APARECIDA DE LOURDES COSTA	PL/GAB-01
5669	ANDRE BOGER E SILVA	PL/GAB-28
5990	EVANDRO MOTA	PL/GAB-63
5973	CHARLES EVERSON NICOLEIT	PL/GAB-59
6284	GABRIELLA DA SILVA ROSA PEREIRA	PL/GAB-13
6760	HUDSON JOSÉ VIEIRA	PL/GAB-64
6784	ERICK FORTE ROLIM	PL/GAB-03
6822	JOAO FREDERICO STIPPE	PL/GAB-17
6922	LOURDES TERESINHA SILVY CASTRO	PL/GAB-01
6985	DANIELA TAVARES	PL/GAB-03
6981	JOSÉ JAIR DA SILVA	PL/GAB-21
6995	MARIO LATRONICO JUNIOR	PL/GAB-64
6996	HILDETE DE SOUZA CLAUDINO	PL/GAB-01
7001	CÉSAR KULKAMP	PL/GAB-34

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 961, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Dieter Janssen para o gabinete do Deputado Joares Ponticelli a contar de 01 de junho de 2012.

Matrícula	Nome do Servidor
1851	GUIDO WIGGERS JUNIOR
2168	MARIA STELLA PERITO SOUZA
2473	NADIR CARLOS RODRIGUES
3279	DILCIONIR JOSÉ GHELLERE
9066	VITOR HUGO MARINS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 962, de 31 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **DILCIONIR JOSE GHELLERE**, matrícula nº 3279, do gabinete do Deputado Dieter Janssen para o gabinete do Deputado Joares Ponticelli, a contar de 01 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 006/2012**

Cria Promotorias de Justiça, cargos de Promotor de Justiça e cargos de Assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 2 (duas) Promotorias de Justiça de entrância especial e 1 (uma) Promotoria de Justiça de entrância final, nos termos seguintes:

- I - entrância especial
 - a) 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó; e
 - b) 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó.
- II - entrância final
 - a) 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Curitiba.

Art. 2º Ficam criados, em decorrência desta Lei Complementar, 2 (dois) cargos de Promotor de Justiça de entrância especial e 1 (um) cargo de Promotor de Justiça de entrância final.

Parágrafo único. Os cargos de Promotor de Justiça criados por este artigo serão lotados nas Promotorias de Justiça criadas no art. 1º e terão nomenclatura ordinal a elas correspondente.

Art. 3º Fica criada a 19ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com sede na Comarca de São José e abrangência a ser definida nos termos do § 1º do art. 5º da Lei Complementar nº 368, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 4º Fica criado no Quadro de Primeiro Grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 3 (três) cargos de Promotor de Justiça Substituto, com lotação na 19ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com lotação vinculada às Promotorias de Justiça criadas no art. 1º, 3 (três) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 6º A instalação das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo, ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 7º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***